



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTOS DUMONT

Projeto Político Pedagógico

Santa Maria – DF
2023

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	6
2	HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	8
	Descrição Histórica	8
	Caracterização Física.....	9
	Servidores.....	10
	Equipe Gestora	10
	Coordenação Anos Iniciais	10
	Coordenação Anos Finais	10
	Equipe de apoio	10
	Associação de Pais, Alunos e Mestres	11
	Conselho Escolar	11
	Equipes Especializadas.....	11
	Orientação Educacional	11
	Equipe de Professores Regentes	11
	Laboratório de Informática.....	12
	Sala de Leitura	12
	Mecanografia.....	12
	Portaria	12
	Vigilância.....	12
3	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR.....	13

Características sociais, econômicas e culturais da comunidade.....	13
Santa Maria Atualmente	13
Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados.....	14
SAEB – 2021	14
Olimpíada de Matemática – 2022	15
Olimpíada Mirim de Matemática – 2022	16
4 FUNÇÃO SOCIAL.....	18
5 MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	18
6 PRINCÍPIOS.....	19
7 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS.....	20
8 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	21
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	24
Desenvolvimento de Programas e Projetos Específicos	25
Saúde na Escola	25
Temas Transversais.....	26
Educação para a Diversidade	26
Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	26
Educação para a Sustentabilidade.....	27
10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR .	28
2º e 3º Ciclos: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.....	28
Projeto Interventivo.....	29

Reagrupamento.....	29
Relação Escola Comunidade	30
Metodologias de ensino adotadas	31
Atuação do SEEA, Orientação Educacional, AEE/Sala de Recursos.....	32
Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	32
Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA)	41
Orientação Educacional – OE.....	55
Sala de Recursos	67
Atuação dos Profissionais de apoio escolar	72
Atuação de Monitor de Gestão Educacional e ESV – Educador Social Voluntário	72
Coordenação Pedagógica e o papel do coordenador pedagógico na Unidade Escolar.....	72
Valorização e formação continuada dos profissionais da educação.....	73
Permanência e êxito escolar dos estudantes.....	73
Recomposição das Aprendizagens	73
PACTO pela Alfabetização em Santa Maria.....	74
Implementação da Cultura de Paz.....	82
Projeto NaMoral	99
SEBRAE – Agentes de Educação Empreendedora	100
11 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	83

Avaliação para as aprendizagens.....	83
Avaliação em Larga Escala	86
Conselho de Classe	87
Avaliação Institucional da Unidade Escolar	89
12 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	90
Gestão Pedagógica	90
Gestão dos Resultados Educacionais	94
Gestão Participativa	95
Gestão Financeira	97
Gestão Administrativa	98
13 PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	99
Coordenação Pedagógica.....	99
14 PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR.....	101
Educação e Cultura: 21ª Quadrilha Vai ou Racha.....	101
Afro-fashion	105
Cultura de Paz	107
Quarta da Leitura	108
15 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	109
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

1 APRESENTAÇÃO

Este documento contém o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont (CEFSD) e visa estruturar o funcionamento e viabilizar o avanço frente aos desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica, participativa e representa uma construção coletiva.

A reflexão à cerca do **PPP** do CEF Santos Dumont tem fundamental importância, pois:

Estabelece uma direção e uma intencionalidade.

Orienta a qualidade do ensino nas dimensões: formal, técnica e política.

Exige uma reflexão acerca da concepção de escola e sua relação com a sociedade.

Contempla e Implica em esforço coletivo e participativo.

Define ações educativas e as características necessárias caso a escola descumpra seus propósitos e sua intencionalidade.

O PPP é elaborado com vistas ao aproveitamento da aprendizagem tendo como princípios a **liberdade, autonomia, flexibilidade e democracia**, adotando como referencial teórico a Constituição Federal (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e as Deliberações das Diretrizes Curriculares das Escolas Públicas do Distrito Federal, Currículo em Movimento; salientando que a ação educativa deve constituir-se como ato intencional e diversificado.

No PPP estão implícitos os Princípios Norteadores das ações pedagógicas de:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Gratuidade do ensino público;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação do

sistema de ensino;

- Garantia do padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extracurricular;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Este documento foi elaborado coletivamente e incluindo os aspectos relativos a trabalhos específicos como planos de ação dos serviços especializados, projetos específicos e outros.

É importante elencar que este Projeto Político Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, tem caráter dinâmico que possibilita mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

2 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

Descrição Histórica

A Força Aérea Brasileira através do Sexto Comando Aéreo Regional idealizou um empreendimento imobiliário destinado aos seus militares e civis chamado: Sítio do Gama, hoje denominado Residencial Santos Dumont, construído para atender inicialmente os familiares da Força Aérea, mas o projeto cresceu e os imóveis foram vendidos para civis.

O projeto também incluía a criação de duas escolas para atender aos filhos dos moradores, e desta forma foi construído o então “Centro de Ensino de 1º Grau Santos Dumont”.

A história do CEF Santos Dumont é fundamentada na superação de desafios. Começou-se o atendimento em um período onde o “Sítio do Gama” (atual Residencial Santos Dumont) era pouco habitado e com estrutura física bastante precária. Durante o primeiro ano, o trabalho foi feito em cinco barracos de madeira, nos quais funcionavam: a Direção, as Salas de Aula – séries iniciais e finais, a Cantina e o Auditório.

Apesar da precária estrutura física, o grupo de funcionários, que trabalhava incansavelmente, não media esforços visando resultados exitosos.

Ao final do ano de 1998, aconteceu a mudança para o prédio atual, no qual o CEFSD funciona até os dias atuais.

Os ideais de busca pela qualidade do ensino e das relações interpessoais continuam formando e consolidando o fundamento de atuação do CEFSD.

A escola começou seu funcionamento em 03 de abril de 1998 e as atuais instalações foram inauguradas no dia 1º de março de 1999.

O CEFSD está localizado na Avenida Ministro Salgado Filho, S/Nº, Residencial Santos Dumont, Santa Maria, Brasília, Distrito Federal, CEP 72.593-270, Telefone: 3901 4566 e 3901 4567. Foi construída com recurso do FNDE e está, desde sua construção, em processo de doação para a SEEDF/GDF. O prédio do CEFSD é de propriedade do Ministério da Aeronáutica e é cedido à Secretaria de Educação do Distrito Federal através de convênio renovado por biênios.

A Comunidade escolar, atualmente, é bem heterogênea do ponto de vista social, atendendo clientela do próprio Residencial, das áreas da cidade de Santa Maria Sul e Norte; e Região do Entorno de Brasília. Sendo que cerca de mais de 50% dos estudantes matriculados não moram nas proximidades da Escola.

Caracterização Física

O CEFSD possui 20 (vinte) salas de aula com 40 m², o que de acordo a norma estabelecida é de 2,5 m² para o professor e 1,2 m² por aluno no ensino fundamental, a capacidade de cada sala de aula do CEFSD é de 30 alunos, que podem ser excedido em casos excepcionais em até 10%, perfazendo um total de 33 alunos.

A escola conta, ainda, com duas salas de coordenação/professores, dependências administrativas, secretaria escolar, sala de leitura, sala de recursos, sala para AEE, sala para OE, laboratório de informática, sala de vídeo, cozinha, refeitório e um parquinho.

As instalações físicas necessitam de melhorias para atendimentos diversos, como projeto interventivo no contraturno do aluno, e são necessárias, ainda; a construção de muro, cobertura de pátios para melhor atendimento de estudantes, servidores e comunidades escolar.

Ao longo de sua história o CEFSD atendeu turmas de Educação de Jovens e Adultos–EJA turno noturno e turmas de Educação Infantil.

Atualmente o CEFSD conta com:

- Ensino Fundamental Anos Iniciais:
 - 04 (quatro) turmas de 1º ano;
 - 04 (quatro) turmas de 2º ano;
 - 04 (quatro) turmas de 3º ano;
 - 04 (quatro) turmas de 4º anos;
 - 04 (quatro) turmas de 5º ano.

- Ensino Fundamental Anos Finais:
 - 05 (cinco) turmas de 6º ano;
 - 05 (cinco) turmas de 7º ano;

- 05 (cinco) turmas de 8º ano;
- 05 (cinco) turmas de 9º ano.

Servidores

Equipe Gestora

Diretor: Alberto Vieira do Nascimento

Vice-Diretora: Sandra Lúcia Mendes Barboza da Silva

Supervisão Pedagógica Katia Costa Martins Lustoza

Supervisão Administrativa Claudia Feliciano dos Santos

Chefe de Secretaria: Elaine Cristina C. B. Aquino

Coordenação Anos Iniciais

Alyne Pacheco Machado

Juracelis Moraes Borges Piquiá

Eunice Leite da Silva (Apoio)

Coordenação Anos Finais

Maria Abadia Braga

Rafael Rodrigo da Silva Moraes

Equipe de apoio

Apoio à Coordenação e Direção:

Ivanise dos Reis Chagas Gisele Fernandes Silva Braz

Fernanda Brandi de Oliveira Amorim de Souza

Apoio Administrativo/ Apoio de secretaria:

Lislene Regina M. Santana

Associação de Pais, Alunos e Mestres

Presidente: Alberto Vieira do Nascimento

Vice-Presidente: Sandra Lucia Mendes Barboza da Silva

Secretária: Elaine Cristina Carvalho Barbosa de Aquino

Tesoureiro: Claudia Feliciano dos Santos

Conselho Fiscal: Solange Gomes Ferreira Barros

Ieda Percília Tavares

Conselho Escolar

Presidente: Roberto dos Santos Araújo

Equipes Especializadas

- Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

Ieda Percília Tavares

- Sala de Apoio à Aprendizagem

Edite Oliveira de Souza Lima

- Sala de Recursos

Arlete Conceição Batista de Souza Petronilho

Orientação Educacional

Washington Soares Quirino

Equipe de Professores Regentes

Adriana dos Santos Oliveira, Alessandro Sousa, Alexandre Almeida Teles Xavier, Aline Kamila Prestes, Alyne Pacheco Machado, Andressa Cristiny Araújo Lemos e Silva, Cássio Henrique da Costa, Cíntia Daniela de Castro, Cristiane Aparecida dos Santos Dias Rezende, Cristiano Michnik de Carvalho, Diego de Souza Santos, Dori Ana Coelho da Silva, Elizete Gonzatti, Evaldo Carvalho Fernandes, Evanda Maria Ryker Bandeira, Haila Ticiany de Oliveira Aguiar, Herlan Serpa de Souza, Hilarião Gomes da Silva Neto, Janaina

Rodrigues Theodoro, Jefferson Pereira Ribeiro Júnior, Joel Maria Barbosa, Juracelis Moraes Borges Piquiá, Kleriston Cardoso de Campos, Letícia Almeida Muribeca, Lidi Ane Oliveira Nascimento, Lucas Oliveira Paiva, Lucas Pereira Rodrigues, Luciana da Conceição Silva Guandalini, Maria Abadia Braga, Maria das Graças Barroso Natalício, Maria de Jesus Lopes Lima Pinto, Marsandra Gomes de Castro, Marta Pessoa Ledo de Melo Filha, Milena Garcia Silva, Naiara Lessa da Rocha, Rafael Rodrigo da Silva Moraes, Renata Maria Dantas de Azevedo, Roberto dos Santos Araújo, Rosilene Pereira de Sales, Rutiléia Carneiro Santos, Sâmia Daniz Pereira de Sousa, Sandra dos Reis de Macedo Rodrigues, Sheila Gonçalves Lessa, Solange Gomes Ferreira Barros, Victória Régia Lucas Lima Dellorto, Vilma Dias Vidal da Silva, Vívian Lourenço Lima, Walter Santos Alves, Zilma Fernandes do Rego.

Laboratório de Informática

Gabriela Nunes de Araújo

Sala de Leitura

Danielle dos Santos Evangelista

Helena Cristina Braga da Silva

Mecanografia

Janeth Batista do Nascimento

Portaria

Eunice Fonseca de Melo Expedito Marques Pereira

Vigilância

Francisco Freire de Souza Filho

Gilvan de Oliveira de Brito

José Daniel de Araújo Neto

Manoel Benício Nunes Catuaba

3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

Características sociais, econômicas e culturais da comunidade

Em 1990, foi instituído o Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal para atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda e relocar ocupações irregulares dispersas no DF. No âmbito desse programa, foi criada em 4 de novembro de 1992, pela Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, a RA XIII – Região Administrativa de Santa Maria.

A ocupação foi iniciada nas quadras 200 e 308 a 310. Nos anos seguintes houve a consolidação da ocupação do parcelamento, situado entre os ribeirões Alagado e Santa Maria, sendo que a denominação da cidade é oriunda do nome do segundo ribeirão. O projeto de urbanismo da RA XIII consiste no parcelamento da área em torno das duas avenidas principais: a Alagados, a oeste, e a Santa Maria, a leste, que são paralelas entre si e funcionam como os principais eixos de atividades e comércio local.

Santa Maria, além de possuir núcleo rural e urbano, também abriga áreas militares do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego –CINDACTA/Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa/Ministério da Marinha. Também se encontra na Região Administrativa o Polo Industrial JK, área destinada a servir como parque industrial do Distrito Federal com empresas voltadas a atividades industriais e de logística.

Na área rural, estão os Núcleos Rurais Alagados e Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho.

Antes mesmo da criação oficial da cidade, os lotes foram distribuídos por órgãos do governo - a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Serviços Sociais, a TERRACAP e Fundação do Serviço Social. Os beneficiários dessas áreas foram, primeiramente, os portadores de necessidades especiais e os idosos.

Santa Maria Atualmente

É uma região que compreende as áreas da Marinha, Saia Velha e o Polo JK e se localiza a 26 km do Plano Piloto. No Distrito Federal, algumas regiões administrativas, como Santa Maria, eram também conhecidas como cidades-satélites. Atualmente estas cidades são consideradas bairros da cidade de Brasília. As primeiras quadras foram

ocupadas a partir de fevereiro de 1991. Ocupando uma área de 211 km².

A PDAD 2018 aponta que a população urbana da RA Santa Maria era de 128.882 pessoas, sendo 51,8% do sexo feminino. A idade média era de 31,1 anos. O aniversário da cidade é comemorado em 10 de fevereiro.

Assim como outras regiões administrativas do DF, Santa Maria nos primeiros anos era dotada de pouca infraestrutura urbana, que aos poucos foi sendo consolidada. Hoje, a cidade tem quase 100% de asfalto.

Em 2008 a cidade teve inaugurado seu primeiro hospital público, o Hospital Regional de Santa Maria.

Em dezembro de 2010 Santa Maria ganhou seu primeiro Shopping Center, o Santa Maria Shopping. Já conta com algumas lojas de grandes redes brasileiras.

Uma das principais avenidas de Santa Maria é a Avenida Alagados, onde se concentra boa parte da economia de Santa Maria e algumas agências bancárias, como: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú.

Estima-se que em pouco tempo Santa Maria se transformará em uma das principais regiões administrativas do Distrito Federal, por estar em uma região privilegiada e por fazer um entroncamento com vários municípios vizinhos ao Distrito Federal.

Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados

O Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont consta com a matrícula no ano de 2023 de 1133 estudantes, com funcionamento do Ensino Fundamental anos iniciais e finais nos turnos matutino e vespertino, sendo que aproximadamente 44% das matrículas estão nos anos iniciais e 56% nos anos finais do Ensino Fundamental de nove anos.

SAEB – 2021

O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, ocorre a cada dois anos na rede pública e por amostragem na rede particular de ensino. Tem por objetivo permitir ao INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, órgão federal vinculado ao MEC – Ministério da Educação, um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores prejudiciais ao desempenho dos estudantes.

Na edição do SAEB – 2021, o CEFSD apresentou um índice menor que o habitual

de participação dos estudantes de 5º ano – Ensino Fundamental, comprometendo a divulgação de resultados. Observando o perfil da comunidade escolar dessa Unidade de Ensino, participativa e comprometida com as atividades escolares de seus estudantes, sugeriu-se que a baixa adesão deu-se em decorrência do contexto de retorno às atividades presenciais pós período remoto (COVID-19) e anterior à imunização dessa faixa etária, que se iniciou em meados de janeiro de 2022, apenas para crianças de 11 anos ou de 05 a 11 anos estando com comorbidade ou tutela do Estado.

Vale destacar que o retorno às aulas totalmente presencialmente se deu no dia 03 de novembro, poucos dias antes da realização da prova, que aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro.

Os estudantes de 9º ano, por sua vez, apresentaram uma participação de 84,11% de seus estudantes, conforme descrição no gráfico a seguir.

SAEB – 2021

	Língua Portuguesa	Matemática
Anos Iniciais	NA*	NA*
Anos Finais	279,06	272,18

* Participação inferior a 80%.

Com base nesses resultados, os alunos de anos finais apresentaram índice de proficiência suficiente em nível 4 em ambas as áreas. Entretanto, com base nesses índices, houve uma reorganização curricular na unidade de ensino, com vistas a favorecer um melhor desempenho nas próximas avaliações em rede.

Olimpíada de Matemática – 2022

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP é um projeto nacional voltado às escolas públicas e privadas de todo o território nacional. É realizado pelo IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, e promovida com recursos do Ministério da Educação - MEC e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Foi criada em 2005 para estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área, a OBMEP buscando estimular e promover o estudo da Matemática, contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade, identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas, incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional, contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas e promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento, conforme apresentação do próprio instituto.

O CEFSD teve, na 17ª edição da OBMEP, 07 alunos premiados sendo destes 06 com menção honrosa e 01 aluno com medalha de bronze, conforme descrito a seguir:

17ª OBMEP
2022

Nível 1

Nome	Medalha	Menção
ARTUR DOS SANTOS TIAGO	---	Sim
MAURICIO CORREIA PASSOS	---	Sim
TALES COSTA CAVALCANTE	---	Sim

Nível 2

Nome	Medalha	Menção
ANNE MAYTE MENDES CRUZ	---	Sim
GUILHERME JOSE DIORGES FREITAS	---	Sim
GUILHERME PERES FIGUEIREDO	Bronze	---
GUSTAVO RODRIGUES MARQUES	---	Sim

O público-alvo da OBMEP é composto de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental até último ano do Ensino Médio.

Olimpíada Mirim de Matemática – 2022

A primeira edição da Olimpíada Mirim de Matemática, realizada pelo IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada, foi realizado em duas categorias:

- Mirim I – Alunos de segundo e terceiro ano
- Mirim II – Alunos de quarto e quinto ano

A prova, realizada em contraturno ao turno do estudante, teve participação de 100%

dos alunos inscritos e a premiação com certificado de participação para todos os inscritos, conforme o regulamento, e medalhas de ouro, prata e bronze em cada categoria.

Foi um projeto valioso e com excelentes resultados no CEFSD, que participará da segunda edição em 2023.

1ª OBMEP Mirim
2022

Nome	Categoria	Medalha
GABRIEL KALEL PEREIRA BRANDÃO	Mirim I	Ouro
PHILIP MIGUEL DE SOUZA ROSA	Mirim I	Prata
MOISÉS MARTINS LUSTOZA	Mirim I	Bronze
YAN CÉSAR SOARES MURIBECA	Mirim II	Ouro
DAVI JAMAL PEREIRA BRANDÃO	Mirim II	Prata
ANDRÉ RESPLANDES DOS SANTOS ANDRADE	Mirim II	Bronze



Fotos: Premiação da 1ª OBMEP Mirim

4 FUNÇÃO SOCIAL

O papel de uma escola deve estar ligado aos seus ideais, no que deseja aos seus estudantes e à atuação destes dentro do grupo a que pertencem.

O CEFSD busca a valorização da escola como espaço social responsável pela apropriação e a socialização do saber universal e elaborado às camadas populares, entendendo a o conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta realidade criando no estudante o senso de pertencimento, autor e responsável por sua aprendizagem.

Para isso, diante de novos desafios que têm surgido, o coletivo da escola estabelece três pilares como fundamentais como função social do CEFSD:

- Educação para a apropriação do saber para além do conteúdo das disciplinas escolares tradicionais;
- Educação para a cidadania crítica e de participação social;
- Preparação para o mundo de trabalho.

5 MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

O CEFSD acredita e busca uma educação pública de qualidade pois compreende que esta é uma ferramenta fundamental para a formação das crianças e adolescentes atendidos por essa Unidade de Ensino, sendo o instrumento que pode proporcionar a uma sociedade a consciência de seus direitos e deveres, autorresponsabilidade, dignidade e autonomia.

6 PRINCÍPIOS

Como ponto de partida, o fulcro é a lei máxima do nosso sistema educacional a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (nº 9.394/96) porque estabelece as diretrizes que definem os princípios, as finalidades, as intenções e os objetivos da educação brasileira e as bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino, aos processos de decisão, às formas de gestão e às competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país: Constituição Federal, Pareceres, Diretrizes Curriculares Nacionais e o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal.

O CEFSD adota como base norteadora para o desenvolvimento integral do ser humano práticas pedagógicas que se articulam com o ambiente social de todos os atores envolvidos na educação e daqueles beneficiados por ela tendo como finalidade a aprendizagem significativa e a formação do cidadão:

- Os princípios políticos que levam uma sociedade a organizar-se em prol da cidadania visando à prática democrática e o exercício pleno da cidadania;
- Os princípios epistemológicos visando proporcionar à comunidade docente a renovação de práticas pedagógicas, oferecendo um ambiente propício ao desenvolvimento de novas formas de aprendizagem;
- Os princípios pedagógicos buscam a prática de ensino utilizando os avanços sociais, tecnológicos na aplicação e aprimoramento da criança, do adolescente, do jovem para aptidões e atitudes para colocá-lo a serviço do bem comum.
- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados como norteadores da formação cidadã.

Seguindo esses princípios a prática escolar evidenciada pelo corpo de servidores do CEFSD busca atingir patamares de ensino-aprendizagem que permita aos estudantes uma escalada social maior e desenvolva autonomia intelectual e crítica respeitando os valores de sustentabilidade e respeito aos direitos individuais e coletivos.

7 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Objetivo Geral

- Primar pela melhoria da qualidade do ensino, dispondo de recursos e meios para melhorar o processo de ensino aprendizagem, a inclusão e a permanência dos alunos;

Objetivos Específicos

- Incentivar a participação do Conselho Escolar e APAM na rotina da escola.
- Incentivar a organização de um Grêmio Estudantil na escola.
- Fortalecer, ampliar e diversificar o envolvimento representativo, pais e / ou responsáveis da comunidade local na escola.
- Buscar, incentivar e / ou promover ações de qualificação de professores (as) e demais servidores (as).
- Aperfeiçoar a avaliação institucional com vistas a orientar as decisões para uma melhor gestão das dimensões pedagógicas, administrativas, financeiras.
- Melhorar a convivência na escola.
- Eliminar barreiras entre os cargos, componentes curriculares e entre as pessoas (o entrosamento entre os vários profissionais da escola é necessário para fazer com que os alunos percebam, por meio do exemplo, a harmonia do ambiente).

8 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

O currículo como acumulado de disciplinas e áreas a serem “ensinadas” aos alunos, característico de uma educação tradicional vivenciada por muitos em sua formação, tinha o pensamento voltado para a origem de palavra, no latim, “currere” – rota, caminho. Trazia em si a unidade de um currículo para todo e qualquer aprendiz, tendo o ideal de harmonizar a sociedade, enquadrando os alunos, marginalizados e/ou não, em um pensamento não-crítico da realidade da sociedade.

Com o avanço dos estudos sobre a importância de um currículo que faça sentido para a formação do sujeito, percebe-se que o currículo precisa ser ajustado à realidade da comunidade para qual se destina.

Dessa forma, o Currículo em Movimento, em seus pressupostos teóricos, traz a concepção de um currículo vivo, que se move, que se adapta, se ajusta de acordo com a necessidade a que se propõe.

Nunca esse conceito foi tão necessário, como diante de um contexto em que todo o planeta necessitou de ajustes em todas as áreas da sociedade, inclusive na educação. A educação até o ano de 2019 não poderia supor a necessidade de ajustestão pontuais, tanto nas questões educacionais como numa educação do sujeito comoser integral, nas diversas faces de sua vida.

Esse pensamento, entretanto, não invalida a necessidade de que sejam traçadas metas, habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes.

[...] consideramos a necessidade pedagógica e política de definir referenciais curriculares comuns, diretrizes gerais para a Rede, tendo em vista que “[...] a definição de pontos de chegada contribui para a manutenção de diferentes patamares de realização, e, portanto, manutenção das desigualdades” (SAVIANI, 2008).

Outro ponto de vista relevante nos pressupostos que embasam o currículo na SEDF diz respeito à importância da sociedade influenciando na estruturação do currículo, bem como o inverso: o currículo influenciando a sociedade em que se aplica. É um movimento cíclico, contínuo, possibilitando a emancipação do sujeito por meio do conhecimento.

Dentro desse pensamento e embasamento teórico, o CEFSD compreende a

necessidade de conhecer a realidade dos seus estudantes, sua comunidade, sua história para assim poder prestar um serviço de qualidade na formação desses indivíduos, capacitando-os para seguirem em sua jornada escolar, no trabalho e em sociedade. Em sua prática pedagógica o CEFSD propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade (ação – compreensão - ação) buscando uma formação holística do estudante, enfocando no conteúdo como produção histórico-social de todos os homens e buscando a superação das visões não críticas e críticos reprodutivistas da educação.

O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, as Funções Psíquicas Superiores/FPS que compreendem a atenção arbitrária, a memória lógica, a abstração, a generalização, a tomada de consciência, dentre outros, fundamentam-se nas relações sociais entre o indivíduo e o meio vivido, na organização sociocultural e em um processo histórico mediado pela relação homem-meio, cujas condições sociais objetivas de vida promovem a criação de sistemas simbólicos nos quais a linguagem tem papel preponderante.

Nesta concepção, a mediação do adulto que conhece que tem mais experiência, ocupa papel relevante no processo de aprendizagem da criança. Grande importância é dada à brincadeira na infância como forma de aprendizagem. Por meio, primeiramente da imitação e da cooperação (que ocorre nas crianças no ato de brincar) os seres humanos alcançam novos níveis de desenvolvimento. Brincando, participando das atividades e se relacionando com seu grupo nas ações diárias de produção da vida, a criança vai se apropriando do patrimônio cultural (conhecimentos, valores e comportamentos), produzido, ressignificado dinamicamente e escolhidos como válidos pelas gerações anteriores.

Leontiev (2004, p.284) ensina que:

[...] cada geração começa sua vida num mundo de objetos e fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolve assim as aptidões especificamente humanas que cristalizaram, encarnaram nesse mundo.

Como o CEFSD atende estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental o desafio que existe é implementar ações que atinjam essas diversas fases do processo de formação física, psíquica, emocional e cultural dos discentes. Reconhecer, significar e

ressignificar as aprendizagens sem considerar o estudante como uma “tábula rasa” constitui-se um alvo a ser atingido.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

As defasagens de aprendizagem decorrentes do distanciamento imposto pela pandemia nos anos de 2020 e 2021, inicialmente perceptíveis no âmbito das escolas evidenciados pela Avaliação Diagnóstica realizada em todo o Distrito Federal, foram alvo de estudos e reorganização curricular, iniciada em 2021, culminando no documento Organização Curricular, disponível no site da SEDF.

Esse documento baseia-se nas orientações legais para a Educação como a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), Plano Nacional de Educação e busca o levantamento das principais habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, bem como a retomada de conhecimentos perdidos nesse contexto de aulas remotas ou semipresenciais.

Com base nesse levantamento, busca-se:

- Expectativas de Aprendizagem - 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental

Acesso e consolidação das habilidades essenciais de leitura, escrita e cálculo: alfabetizar letrando.

- Expectativas de Aprendizagem - 4º e 5º anos do Ensino Fundamental

Aprofundamento e ampliação das habilidades de leitura, escrita e cálculo, em direção ao letramento, para compreensão do ambiente natural e social, das artes, da cultura e dos valores que fundamentam a sociedade.

- Expectativas de Aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental

Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores que fundamentam a sociedade: consolidação da alfabetização e aprofundamento do letramento;

Desenvolvimento de Programas e Projetos Específicos

Saúde na Escola

A escola é um espaço formal onde se dá o processo educativo, mas também é um espaço institucional, social e político, permeado pela cultura (SILVA; FERREIRA, 2014). Nesse sentido, a cultura influencia de diversas formas no comportamento humano, agindo sobre a organização biológica do homem de forma dinâmica, como um processo de acúmulo de diferentes experiências transmitidas pela comunicação (LARAIA, 2001). Esses aspectos tornam-se importantes para o suporte e sustentabilidade de programas e estratégias voltados para a promoção e educação em saúde das crianças e adolescentes.

Estudos evidenciam que a parceria entre os profissionais de saúde e educação é fundamental para que o diálogo, acesso às informações e reorganização de práticas seja o foco principal do Programa.

Nesse sentido, destacam-se entre os objetivos dessa parceria: a promoção da saúde e a cultura da paz; a articulação das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias; a contribuição para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; a promoção da comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes.



UBS na Escola - CEFSO

Temas Transversais

Os eixos transversais, previstos no Currículo em Movimento da SEEDF (p.36), a saber: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade “[...] possibilitam o acesso do(a) estudante aos diferentes referenciais de leitura do mundo, com vivências diversificadas e a construção/reconstrução de saberes específicos”.

Com a intenção de favorecer ao estudante a compreensão e vivência de e aprendizado sobre os temas transversais, ao longo do ano letivo, são realizadas atividades de pesquisa, debates e outras atividades realizadas por meio de projetos específicos.

Educação para a Diversidade

Em sua prática diária, a escola é palco que promove naturalmente a convivência de grupos heterogêneos do qual faz parte toda a comunidade que frequenta ou convive no seu espaço.

No planejamento de práticas pedagógicas, administrativas e / ou financeiras é dado destaque especial aos alunos que mais necessitam de cuidados. Segundo Libânio (1998, p. 42), “atender a diversidade cultural implica, pois, reduzir a defasagem entre o mundo vivido do professor e o mundo vivido dos alunos, bem como promover, efetivamente, a igualdade de condições e oportunidades de escolarização a todos”. Porém, isso, não implica necessariamente individualizar o ensino, mas as maneiras de abordagem.

Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos

A ideia fundamental da cidadania é a transformação social para a conquista de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. E o cidadão seria então, nessa busca pela transformação, aquele que supera a condição de pobreza socioeconômica e política, tendo noção da posição que ocupa na sociedade e sabendo dos conflitos de poder que existem nela; estará dentro de um processo infindável de conquista de seu próprio espaço, traduzindo o trabalho em colaboração participativa e construindo a cidadania ativa, implicando em corresponsabilidade, balizada pelos princípios e valores

éticos da democracia e da igualdade de acesso aos direitos.



Educação para a Sustentabilidade

As pessoas devem ser educadas sobre como colaborar com a construção de um mundo mais sustentável desde agora, para que se tornem criticamente capazes de tomar decisões positivas do ponto de vista individual e coletivo.

Por isso, procurar explorar a complexidade de temas menores e ao mesmo tempo significativos para os estudantes é fator primordial para o desenvolvimento do tema, pois com a abordagem do que está próximo imediato faz com que se perceba que sustentabilidade não é só para o “quintal do vizinho”.

A Educação para a sustentabilidade foi tema da XXI Feira do Conhecimento do CEFSD, onde muitos projetos realizados em parceria entre família e escola puderam ser apreciados.



10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

2º e 3º Ciclos: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

A SEDF propôs a organização escolar em ciclos, assegurando a todos os sujeitos envolvidos o direito inalienável de aprender respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 em seu artigo 24 e aprovada pelo Parecer 225/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF).

O Ciclo de Aprendizagem é uma organização do tempo e espaço escolar que visa o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes considerando a lógica do processo epistemológico. Este está relacionado com a necessidade de se pensar uma nova concepção de currículo com maior integração e articulação entre as fases do ensino fundamental com as demais etapas e modalidades da educação básica, possibilitando uma inserção com melhor adequação pedagógica entre eles.

Ao organizar o 2º Ciclo de Aprendizagem, nas Unidades Escolares, nos Blocos I e II, é importante considerar que a proposta de trabalho se mantém pautada nos eixos integradores da alfabetização, letramentos e ludicidade. O 3º Ciclo, que trata dos Anos Finais, especificamente dos 6º aos 9º anos diretamente, foi implementado desde o ano de 2017.

As estratégias que fundamentarão o fazer didático-pedagógico no cotidiano da escola serão: avaliação formativa, diagnóstica e processual; trabalho diversificado; reagrupamento Intra e Interclasse; projeto interventivo; formação continuada e coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as Diretrizes Pedagógicas para o 2º e 3º ciclos, entre outras ações didáticas e pedagógicas pensadas pelos profissionais da escola e da SEDF, com a finalidade de assegurar as aprendizagens de todos.

Uma vez que as aprendizagens incidem diretamente no desenvolvimento do sujeito (VIGOTSKI, 2000), a qualidade desse desenvolvimento, quanto à alfabetização, implica em que ao final do 1º ano os estudantes possam ler e escrever um texto simples; quanto à continuidade desse processo que vai do 2º ao 3º e do 4º ao 5º ano, ler e escrever se sustenta no sentido pleno da alfabetização, que leva em consideração as especificidades morfológicas, sintáticas e semânticas da língua escrita (Magda Soares, 2008). Neste sentido, o letramento vem associar à aprendizagem da leitura e escrita ao caráter das

práticas sociais, ou seja, a função social dessa habilidade. Assim, a ideia de letramento é agregada às demais áreas do conhecimento: matemática, ciências sociais, ciências naturais, códigos e linguagens, educação física e ensino religioso.

Considerar a ludicidade neste universo, nos remete a atividade que envolve o jogo, o brincar e as atividades diárias de forma que não fique restrita ao prazer, mas que se estenda a uma vivência significativa que promove a aprendizagem dos conteúdos próprios para cada faixa etária.

Projeto Interventivo

O trabalho com projeto interventivo é voltado para as diferentes possibilidades de oferecer ao aluno uma gama de possibilidades de conhecimentos, oportunizando a participação presente e significativa, proporcionando a interatividade e troca de experiências. O projeto interventivo atende os alunos de todas as etapas e blocos do Ciclo, que se encontrem com defasagens de aprendizagem visando corrigir as distorções que impossibilitaram os estudantes afetados de se apropriarem do conhecimento que deveriam adquirir na idade/ano apropriado. Vale ressaltar que o diagnóstico inicial subsidiará a elaboração do projeto interventivo, que será construído coletivamente, envolvendo toda a equipe pedagógica da Escola.

Reagrupamento

O reagrupamento inicia-se com a realização de uma avaliação diagnóstica que proporciona a identificação das habilidades e competências já adquiridas pelos alunos, bem como a identificação do nível de sua aprendizagem quanto à leitura e a escrita da criança em que ela se encontra. A diagnose subsidia o trabalho coletivo com reagrupamento em três modalidades:

Reagrupamento Intraclasse: como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos distintos, conforme o processo de aprendizagem de cada estudante ou

grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem, realizado pelo professor. É uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Nesses momentos, são formados grupos de estudantes de diferentes turmas, do mesmo ano ou não, do mesmo bloco ou não, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas. Os professores dessas turmas e outros profissionais da escola se distribuem na organização e acompanhamento do trabalho de cada grupo, considerando as especificidades de cada um deles. Assim como não há grupo fixo de estudantes, também o professor não permanece o tempo todo com o mesmo grupo.

Reagrupamento Extraclasse: realizado com alunos de uma mesma etapa, ou etapas diferentes, em turno contrário.

Relação Escola Comunidade

A participação da comunidade escolar, no contexto da gestão democrática, diz respeito à corresponsabilidade pela gestão, pelas atividades pedagógicas e pelas aprendizagens dos estudantes e de todos os envolvidos no trabalho da escola de forma mais direta.

Consideramos que a comunidade escolar abrange o grupo das famílias e responsáveis pelos estudantes, professores, especialistas, servidores, pedagogos, gestores e os próprios estudantes. A comunidade escolar funciona como um sujeito coletivo.

É preciso que se fortaleça a ideia de que a escola, como espaço público, é de responsabilidade de todos e todas, devendo ser também espaço de mobilização em torno das ações que ali se desenvolvem, para que seja possível consolidar uma cultura, como a proposta por Mello & Silva (1993), quando destacam que:

A percepção de que a escola pertence à comunidade – professores, diretores, estudantes e seus responsáveis – deve ser evidenciada;

O interesse do público e do coletivo deve predominar sobre os interesses corporativos clientelistas;

Os sujeitos participantes da comunidade escolar devem ter suas aprendizagens

asseguradas;

Só a comunidade organizada poderá acompanhar e fiscalizar o trabalho escolar, cooperar para que a escola produza os resultados planejados e esperados.

Entendemos que a escola deve propiciar o desenvolvimento dessa cultura de participação da comunidade por meio de uma aproximação que supere a lógica de se integrar à escola apenas para receber os resultados numéricos das aprendizagens dos estudantes e busque torná-los parceiros dos processos decisórios da ação educativa na escola.

O perfil das famílias dos alunos dessa unidade de ensino é caracterizado por uma participação efetiva, crítica e colaborativa, tanto nas convocações e convites em reuniões, informativos, como por interesse da própria família, que busca a escola para a resolução das demandas decorrentes do processo pedagógico, ao longo do ano letivo.

Metodologias de ensino adotadas

Ao pensar o método de ensino que promova uma prática social contextualizada a expectativa é que dentro dos espaços democráticos de formação e participação da escola favoreçam a implementação do Currículo e na atual conjuntura a aplicação do Replanejamento Curricular promovendo a tomada de decisões coletivas e individuais dentro do novo formato de aula.

Deve-se focar em situações específicas, como as vivenciadas pelos(as) professores(as) e estudantes nesta nova sala de aula e favorecer a reflexão em torno das questões: Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?

Diante disso enfocamos que os pressupostos do método:

- Decorre das relações estabelecidas entre conteúdo – método e concepção de mundo.

- Confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

- Incorpora a dialética como teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nesta realidade.

- Fundamenta-se no materialismo histórico: ciência que estuda os modos de produção.

- A relação de indissociabilidade entre forma e conteúdo pressupõe a socialização do saber produzido pelos homens.

- Os fins a serem atingidos é que determinam os métodos e processos de ensino-aprendizagem.

- Busca coerência com os fundamentos da Pedagogia, entendida como processo através do qual o homem se humaniza (se torna plenamente humano).

- A prática é fundamento do critério de verdade e da finalidade da teoria.

- Incorpora o procedimento histórico como determinante da totalidade social.

- É na mediação entre o pensamento e o objeto (enquanto o pensamento busca apropriar-se do objeto) que se desenvolve o método.

Prática Social (ponto de partida): perceber e denotar, identificar o objeto da aprendizagem:

- Problematização: momento para detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social, e que conhecimentos são necessários a serem dominados.

- Instrumentalização: apropriação das ferramentas culturais necessárias à luta social.

- Catarse: tomada de consciência.

- Prática Social (ponto de chegada): retorno à prática social, com o saber concreto pensado para atuar e transformar as relações de produção - visão sintética.

Atuação do SEAA, Orientação Educacional, AEE/Sala de Recursos

Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

O Programa dos Polos/ Salas de Apoio à Aprendizagem tem a finalidade de atender aos alunos com transtornos funcionais específicos, funcionando no sistema de contraturno. O objetivo principal é contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem destes alunos para seu pleno desenvolvimento, criar condições favoráveis para que o direito do aluno à aprendizagem, seu acesso e permanência seja garantido com base nos princípios da educação inclusiva. A atuação da Sala de Apoio à Aprendizagem é caracterizada como um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação e devidamente habilitados em Pedagogia ou Psicologia. A

atuação dos profissionais dos Polos/Sala de Apoio à Aprendizagem do Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos deverá ser direcionada para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, em uma perspectiva institucional e interventiva, sempre em articulação com os profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem e de Orientação Educacional.

O perfil dos profissionais que atuam nas EEAA'S:

- Perfil do Pedagogo

O pedagogo que atua nas EEAA deve possuir formação em nível superior em Pedagogia, com diploma devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e deve atuar assessorando os professores no aprimoramento do seu desempenho em sala de aula por meio de formas, de procedimentos e de métodos para que se cumpra o objetivo maior do ensino formal: o domínio do conhecimento sistematizado, científico.

No que se refere ao perfil do pedagogo pode-se destacar, entre outros, os seguintes recursos mobilizadores de competências:

- Compreensão acerca da elaboração, da execução e da análise da Proposta Pedagógica;

- Conhecimento acerca do desenvolvimento e da implantação de projetos de educação no contexto escolar;

- Domínio de conhecimentos didáticos direcionados ao processo de ensino nos diversos componentes curriculares que compõem a Educação Infantil e as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Capacidade de assessoramento do planejamento pedagógico, quanto à seleção de conteúdos e à organização da metodologia de ensino mais adequada, em consonância com os objetivos expressos na Proposta Pedagógica;

- Domínio de conhecimentos que viabilizem acompanhar o corpo docente na seleção de procedimentos de avaliação da aprendizagem, adequando-os às necessidades dos alunos;

- Habilidade para definição de materiais e de equipamentos de uso didático-pedagógicos a serem utilizados;

- Habilidade para incentivar e orientar o professor na seleção de recursos didáticos

para o ensino e dos conteúdos escolares considerando as necessidades e interesses dos estudantes;

- Habilidade para escutar e para orientar pais e familiares, em relação aos aspectos que interfiram direta ou indiretamente no desempenho escolar dos alunos, tais como relacionais, subjetivos, pedagógicos;

- Habilidade para orientar e para assessorar o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem de alunos com queixas escolares.

Pela própria natureza da atividade escolar, todos os profissionais desempenham atividades essencialmente pedagógicas, o que, por vezes, pode dar a impressão de que estejam sendo desenvolvidas duplamente. No entanto, dois aspectos devem ser enfatizados: primeiramente, a formação do profissional das EEAA, que o capacita e o habilita para o seu exercício, numa dimensão que abrange muito mais que a própria docência; além disso, a necessidade de estabelecimento de interfaces no contexto escolar, em que vários atores desempenharão suas atividades em conjunto, de forma integrada, o que se pode evidenciar muito claramente nas ações das EEAA com a Orientação Educacional, a Supervisão e a Coordenação Pedagógica, além dos profissionais das Salas de Recursos.

- Articulação das EEAA'S com os demais serviços de apoio à aprendizagem

A atuação dos profissionais da EEAA ocorre de forma articulada com os profissionais dos demais serviços de apoio à aprendizagem (Sala de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos e Serviço de Orientação Educacional) na realização de oficinas e palestras com pais e professores, na participação de coordenações pedagógicas coletivas da escola, na realização de Estudos de Caso dos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE's), bem como na participação de demais projetos desenvolvidos na escola.

A articulação do trabalho desenvolvido pela EEAA envolve ainda a Direção e a Coordenação Pedagógica da Escola, o Corpo Docente e os Familiares de alunos com dificuldades de aprendizagem, visando assim possibilitar melhores resultados em relação às intervenções pedagógicas desenvolvidas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria Unidade Regional de Educação Básica
Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem



Plano de Ação SAA

UE: Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont de Santa Maria Telefone: (61) 3901-4566

Diretor (a): Alberto Vieira do Nascimento

Vice-diretor(a): Sandra Lúcia Mendes Barboza da Silva

Quantitativo de estudantes atendidos: 40 por Polo

Pedagoga: Edite de Oliveira de Souza Lima- mat.: 222495-X

Pedagoga Itinerante dos Polos de Santa Maria: Izaura Leticia Leite de Melo - mat: 181169-X

Eixos sugeridos:

- | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| 1. Coordenação Coletiva | 5. Planejamento |
| 2. Ações voltadas à família-escola | 6. Acompanhamento aos estudantes |
| 3. Formação continuada de professores | 7. Estudos de caso |
| 4. Reuniões | 8. Outros |

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO À APRENDIZAGEM

Eixo:					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>*Mapear, registrar e analisar os dados dos estudantes encaminhados para Salas de Apoio à Aprendizagem conforme portaria nº 414, de maio de 2022, com atendimento máximo de 40 estudantes por Polo.</p>	<p>*Assessorar e acompanhar o acesso e a permanência dos estudantes atendidos nas Salas de Apoio para todas as UE's de Santa Maria.</p> <p>*Contribuir para a construção dos Mapeamentos Institucionais das instituições escolares dos alunos atendidos na SAA.</p>	<p>*Sistematização dos polos por segmentos:</p> <p>Polo EC 203 acompanhamento aos estudantes com TFE's dos anos Iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>Polo CEF Santos Dumont acompanhamento aos estudantes com TFE's dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental;</p> <p>Polo CEF 316 Acompanhamento aos estudantes com TFEs dos anos finais do ensino fundamental emédio;</p>	<p>*Ano letivo de 2023</p>	<p>*Profissionais da Sala de Apoio à Aprendizagem, EEAAs Coordenadora Intermediária da SEAA na UNIEB/ CRE de Santa maria.</p>	<p>*Deve ocorrer de maneira formativa, contínua, processual e qualitativa entre os profissionais da SAA, EEAAs e Coordenadora da SEAA de Santa Maria.</p>

<p>*Conforme a Portaria nº 414, de 03 de maio de 2022, a Sala de Apoio à Aprendizagem atenderá os estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, com Transtornos Funcionais Específicos e com dificuldade acentuada de aprendizagem de acordo com o Programa de Atendimento destinado aos mesmos.</p>	<p>*Conhecer, sistematizar e refletir sobre concepções e práticas de ensino e aprendizagem das instituições escolares dos estudantes atendidos na SAA.</p> <p>*Promover o desenvolvimento de mediações que beneficie a compreensão do contexto escolar, para assim ajustar uma intervenção favorável a cada estudante encaminhado à SAA.</p>	<p>*Iniciado com o mapeamento realizado com os profissionais das EEAA's e familiares/responsáveis pelos estudantes encaminhados, a fim de estabelecer a estrutura de mediação pedagógica que melhor possa contribuir para o processo educacional de cada estudante encaminhado:</p> <p>*Encontro presencial com todas as EEAA's individualmente, para esclarecimentos e recebimentos de estudantes para a SAA. *Encontro com a equipe de apoio das UE's (gestão coordenadora coletiva, serviço de orientação educacional), para os casos de escolas semo SEAA.</p> <p>*Encontro presencial com familiares/responsáveis pelos estudantes encaminhados a SAA, para efetivação de matrículas para o início dos atendimentos.</p>	<p>*Durante o decorrer do ano letivo de 2023.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação Intermediária da SEAA; • Profissionais da SAA; • Profissionais da EEAA; • Serviço de Orientação Educacional; • Coordenação Pedagógica; • Gestores Escolares; • Estudantes; • Família. 	<p>* Realizadas por meio de feedbacks ao final de cada encontro.</p>
--	--	---	---	--	--

<p>*Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da SAA.</p> <p>*Mediação das atividades pedagógicas para estimular o desenvolvimento das funções cognitivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Percepção; -Atenção seletiva, distributiva e sustentada; -compreensão; -concentração; -memória de curto e longo prazo; -Linguagem; -Orientação; Praxias visoconstrutivas, intencionais, voluntárias e 	<p>* Estabelecer intervenções que visem contribuir com o melhor desempenho dos estudantes encaminhados à SAA, através do diálogo contínuo e atividades que favoreçam bem estar pessoal e aquisição de novos conhecimentos pedagógicos.</p>	<p>*De acordo com o Artigo 13 da Portaria 414, de 03 de maio de 2022, os atendimentos na SAAé anualserárealizadoemgrupos de até 6(seis estudantes podendo variar de 30 a 40 estudantes por SAA. O atendimento do estudante será composto de 2 (dois) encontros semanais com 1 (uma) hora de duração, facultado um atendimento de 2 (duas) horas de duração. No caso de estudantes que apresentam TC ou TOD, os agrupamentos poderão ser de no máximo, 3 (três)estudantes.”</p> <p>*Avaliação contínua e processual dos estudantes para planejamento de atividades e mediaçõespedagógicas.</p> <p>*Aplicação do plano de intervenção individual ou grupal considerando os aspectos apresentados nos RAIEs e avaliaçãoinicial.</p>	<p>* De 17/ 03 a 31/03 - Reunião com os responsáveis/famílias, efetivação de matrículas de estudantes captados, organização dos grupos de atendimentos e planejamento da SAA.</p> <p>* De 03/04 até o final do ano letivo de 2023: atendimento aos estudantes.</p> <p>*Datas previstas segundo circular nº7/2023 SEE/SUBIN.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação Intermediária da SEAA; • ProfissionaisdaSAA; • ProfissionaisdaEEAA; • Serviço de Orientação Educacional; • CoordenaçãoPedagógica; • GestoresEscolares; • Estudantes. • Família. 	<p>*Avaliações em Encontros Presenciais com Professoras da SAA/Itinerante e Encontros Mensais entre Professoras SAA/Itinerante e Coordenador Intermediário.</p> <p>*Avaliação anual com Professoras da SAA/Itinerante e as EEAs das Unidades Escolares.</p> <p>*Avaliação anual com Professoras da SAA/Itinerante e a família/responsável peloestudanteencaminhado.</p>
---	--	--	---	--	---

<p>organizadas; - Raciocínio; -Raciocínio</p> <p>lógico matemático; -Metacognição.</p>		<p>*Contato continuado por telefone com as famílias/responsáveis e estudantes que se ausentaram da realização das atividades ofertadas.</p> <p>* As faltas não justificadas serão informadas para UE de origem do estudante.</p> <p>*Visitas às Unidades Escolares</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>para acompanhamento do desempenho e qualquer situação que reporte ao atendimento dos estudantes encaminhados a SAA.</p> <p>*Elaboração do Relatório anua de Acompanhamento Pedagógico Individual.</p> <p>*Reuniões avaliativas/devolutivas com o SEAA ou a equipe pedagógica de cada escola de referência do estudante para entrega do Relatório de Acompanhamento Pedagógico Individual.</p> <p>*Reuniões avaliativas/devolutivas com família/responsáveis do estudante ao final do ano letivo.</p>			
--	--	---	--	--	--

Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA)

O atendimento na SAA é feito por Polo e tem a finalidade de atender os alunos com transtornos funcionais específicos, funcionando no sistema de contraturno. A atuação da Sala de Apoio à Aprendizagem é caracterizada como um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação e devidamente habilitados em Pedagogia ou Psicologia. O encaminhamento do aluno com TFE para o Polo Sala de Apoio à Aprendizagem será feito pelo Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem após a formalização dos procedimentos do PAIQUE (Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares) e finalizado as ações previstas no Nível ALUNO; O aluno receberá na Sala de Apoio à Aprendizagem atendimento de acordo com suas necessidades acadêmicas relacionadas às habilidades que precisa desenvolver, com a finalidade de mitigar as suas dificuldades de aprendizagem.

O atendimento das Salas de Apoio à Aprendizagem em Santa Maria se iniciou no ano de 2013, com a abertura de quatro unidades que contemplam alunos das séries iniciais, finais, Ensino Médio e EJA, das áreas Norte e Sul da cidade de Santa Maria. Os Polos de Atendimento se distribuem da seguinte forma:

CEFSD, séries iniciais e finais: Professor com formação em Pedagogia;

EC 215, séries iniciais: Professor com formação em Pedagogia;

CED 316: séries finais: Ensino Médio e EJA: Professor com formação em Pedagogia;

EC 203, séries iniciais: Professor com formação em Pedagogia.



Subsecretaria de Educação
Básica Diretoria de Serviços e Projetos
Especiais de Ensino
Gerência de Serviço Especializado de Apoio
à Aprendizagem



Plano de Ação 2023

Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

CRE: SANTA MARIA		Unidade Escolar: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTOS DUMONT	
TELEFONE: 3901-4566		DIRETOR: Alberto Vieira Do Nascimento	VICE DIRETOR: Sandra Lúcia Mendes
PSICÓLOGO RESPONSÁVEL: -----		MATRÍCULA SEEDF: -----	TELEFONE -----
CRP: -----	TURNO(S) DE ATENDIMENTO: () Matutino () Vespertino		E-MAIL: -----
PEDAGOGO RESPONSÁVEL: Ieda Percília Tavares		MATRÍCULA SEEDF: 222 580 - 8	TELEFONE: (61) 98526-9240
TURNO(S) DE ATENDIMENTO: Vespertino		(X) Matutino (X)	E-MAIL: ieda.percilia@edu.se.df.gov.br
QUANTITATIVO DE ESTUDANTES: 1.144	Nº DE TURMAS: 40	QUANTITATIVO DE ESTUDANTES TFEs: 77	
EIXOS SUGERIDOS			
1. Coordenação Coletiva	5. Formação Continuada de Professores	9. Reunião com a Gestão Escolar	
2. Observação do Contexto Escolar	6. Reunião EEAA	10. Estudos de Caso	
3. Observação em Sala de Aula	7. Planejamento EEAA	11. Conselhos de Classe	
4. Ações voltadas à relação família-escola	8. Eventos	12. Projeto e Ações Institucionais	

EIXOS GERAIS: MAPEAMENTO INSTITUCIONAL, ASSESSORIA AO TRABALHO COLETIVO, ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.

AÇÕES/DEMANDAS	OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS	CRONOGRAMA	PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	AVALIAÇÃO
Mapeamento e Acompanhamento do Processo Ensino Aprendizagem: Comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear as necessidades dos alunos, para promover intervenções e evitar o aumento das diferenças de aprendizado e desempenho entre os estudantes; • Conhecer as necessidades e analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas e a análise do currículo, da metodologia e da própria avaliação adotada, permitindo uma reavaliação da prática. • Promover o acolhimento às necessidades educacionais e 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento de dados dos estudantes TFEs e criar uma ficha para embasar/orientar o trabalho do professor; • Realizar Levantamento dos estudantes com dificuldade de aprendizagem para acompanhamento do desenvolvimento junto aos professores e familiares, promovendo intervenções necessárias. • Atualizar os dossiês dos alunos encaminhados e dos TFEs. • Análise de documentos legais da 	<ul style="list-style-type: none"> • Março a Dezembro. (Anual, pois são ações que necessitam ser realizadas de acordo com as necessidades que se apresentam durante todo o ano letivo). • Durante o período de 	<ul style="list-style-type: none"> • SEAA • SOE • Equipe Gestora • Coordenação Pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar sugestões de intervenções pedagógicas de acordo com cada caso e meios para cumprimento das mesmas. (Revisão do currículo, métodos e materiais de ensino usados até o momento). • Formulários • Relatórios • Conversa formal • Ligações ou mensagens • Contínua

	<p>emocionais junto às famílias, estudantes e professores, encaminhando para os parceiros da rede externa sempre que a demanda extrapolar o domínio da educação;</p> <p>educação e diretrizes pedagógicas (Regimento Escolar, ECA, LDB, Resoluções da CNE, Portarias da SEDF, OP-SEAA);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar os dados escolares para organizar o trabalho a ser realizado na instituição educacional, Mapeamento escolar; • Incluir e desenvolver nas coordenações coletivas ações de desenvolvimento de equipe, reflexivas, esclarecedoras, sobre temáticas demandadas pelo corpo docente; • Avaliar quanto à adaptação do estudante ao meio educacional em que está inserido e sobre as possibilidades de a família prestar o apoio e acompanhamento na realização das tarefas escolares. 	atividades		
--	---	------------	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a relação que os estudantes desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para propor as intervenções adequadas. • Integrar as ações do SEAA como colaboração para os professores no processo de ensino-aprendizagem. 				
<p>Assessoria ao trabalho coletivo/Ações voltadas para a relação família-escola: Professores, Pais e alunos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar acolhimento e apoio aos professores, demais servidores da U.E e as famílias motivando-os e incentivando-os diante dos novos desafios. • Compreender a relação que os estudantes desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para propor as intervenções adequadas. • Promover ações que colaboram com as famílias quanto ao acompanhamento dos filhos no que se refere às aprendizagens. • Conhecer bem os alunos com necessidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter contato com os familiares de estudantes com baixo desempenho escolar e com TFE para apoio quanto ao acompanhamento necessário; • Acompanhar professores e coordenadores na escuta sensível de estudantes e pais, bem como em reuniões a fim de apoiar os professores nas discussões pedagógicas que se fizer necessária; • Participar de coletivas, coordenações pedagógicas, reuniões com pais. (Comparticipar ativamente, percebendo 	<ul style="list-style-type: none"> • Março a Dezembro. <p>(Realizado portodo o período detrabalhos pedagógico não presencial, híbrido ou presencial).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SEAA • SOE • SRG • Equipe Gestora • Coordenação Pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Os professores registrarão suas considerações em instrumento construído para verificar as habilidades e competências dos estudantes. • Elaborar relatório, estabelecendo o de aprendizagem, as conquistas escolares, as capacidades e as áreas onde o estudante necessita de intervenções por parte dos professores da Unidade de

	<p>especiais e suas características na escola,</p>	<p>as demandas e contribuindo, nos momentos coletivos).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar documentos (dicas e sugestões) que auxiliem familiares e professores quanto ao atendimento da criança, facilitando seu desenvolvimento pessoal, social e cognitivo. • Manter comunicação ativa e atualizada com a comunidade escolar sobre as ações da EEAA, SAA e SRG. • Verificar junto à supervisão escolar e ou coordenação, quais são os alunos com diagnóstico que estão tendo maiores dificuldades. (déficit de atenção; hiperatividade; série- repetências, dificuldades pedagógicas etc.), para listarmos as prioridades do atendimento. • Analisar a documentação e histórico escolar dos discente e social do estudante, mostrando dos aspectos do desenvolvimento do mesmo. 			<p>ensino, na qual o aluno estuda, do SAA e dos familiares.</p>
	<p>sala de aula e no convívio familiar, pontuando assim</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistar os professores e 			<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões;

	<p>suas necessidades educacionais para melhor atendê-los.</p>	<p>coordenadores da escola.</p> <p>- Atuação nos três níveis do PAIQUE- Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares- Escola, Família e Estudante.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento para a SAA: Fazer o levantamento das dificuldades dos alunos com laudo de TF junto aos professores e avaliar os casos que precisam ter prioridade no atendimento junto a SAA; • Preencher os formulários da SAA: ficha de mapeamento, ficha de prioridades; • Elaborar os relatórios de encaminhamento individual de cada estudante. • Manter contato presencial e remoto com professores, coordenadores e pais, sempre que se fizer necessário para acompanhamento e contribuição do trabalho pedagógico. • Com os alunos: realizar escuta sensível e 			<ul style="list-style-type: none"> • Fichas de encaminhamentos; • Demais documentos pertinentes de acordo com a necessidade.
--	---	---	--	--	--

			<p>ativa para identificar as dificuldades e ansiedades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar dicas de rotina de estudo. 			
<p>Assessoria ao coletivo</p> <p>Professores, coordenadores, gestora.</p>	<p>trabalho</p> <p>Equipe</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resignificar a prática pedagógica do professoras com vistas às aprendizagens; • Contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a resignificar suas atuações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo sobre as concepções do desenvolvimento e aprendizagem, na coordenação coletiva da UE. • Revisar conjuntamente com os professores e demais seguimentos do CEFSD o Projeto Pedagógico; • Incluir e desenvolver nas coordenações coletivas ações de desenvolvimento de equipe, reflexivas, esclarecedoras, sobre temáticas demandadas pelo corpo docente; • Participar efetivamente da Coordenação Coletiva Semanal para a orientação e assistência aos professores de classe 	<p>Março a Novembro</p>	<p>Pedagoga do EEEA</p> <p>Contribuição: Sala de Recursos e SOE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora - Coordenadores pedagógicos - Professores - Profissionais da Sala de Apoio a Aprendizagem 	<p>A partir do feedback dos professores e demais servidores.</p> <p>Avaliações das palestras e materiais disponibilizados.</p>

		<p>comum. Encaminhamentos a EEAA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade com base na Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-cultural. • Propor ações de formação continuada aos profissionais da escola. Realizar trabalho articulado com AEE e SOE no planejamento e realização de palestras e oficinas pedagógicas. 			
	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar suas ações às do professor, como colaboração no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do educando. • Fortalecer parcerias com outros setores da escola para o desenvolvimento de ações conjuntas, com vistas à qualidade do ensino na instituição de ensino. • Favorecer a formação continuada dos 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver palestras sobre os seguintes temas: Educação Inclusiva; Adequação Curricular; Transtornos Funcionais Específicos; Dificuldades de aprendizagem; Processo de Avaliação. • Mediação da aprendizagem, intervenções pedagógicas, adequação curricular e estratégias de 			

	<p>professores, subsidiar as práticas pedagógicas, estimular as reflexões do fazer pedagógico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no acesso e permanência estudante com necessidades educacionais específicas na escola. • Apoiar os professores na execução das adequações curriculares para cada estudante com necessidades educacionais específicas. • Orientar e assistir os professores regentes em suas práticas pedagógicas com os estudantes com TFE e dificuldades de aprendizagem. <p>Apoiar a Direção quanto ao acompanhamento e apoio dos professores, quanto ao atendimento de estudantes e Familiares.</p>	<p>intervenção para a saúde aula. O papel dos profissionais (suporte aos estudantes com dificuldades de aprendizagem) Realizar: Acolhimento e atendimento a cada estudante TFE e família e professores regentes; Produzir material de intervenção pedagógica aos estudantes com TFE e com dificuldades de aprendizagem significativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar assessoria a professores quanto à avaliação diagnóstica, atividades adaptadas e procedimentos a serem tomados para atendimento do estudante e sua família. 			
--	--	--	--	--	--

<p>Assessoria ao trabalho coletivo/Acompanhamento do Processo Ensino-Aprendizagem: (conselho de classe) Professores, coordenadores, Equipe de Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento integral do educando, ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social, como ser autônomo, crítico e participativo. • Acompanhar e subsidiar o trabalho pedagógico, atendendo às especificidades, necessidades dos profissionais da escola. • Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por meio da ressignificação das práticas educacionais e de intervenções específicas nas situações de queixas escolares. • Favorecer o desempenho escolar dos alunos, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio do apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos estudantes através das reuniões pedagógicas, conselho de classe e estudos de caso. • Auxiliar o corpo docente na elaboração de estratégias para atender estudantes com TFE e dificuldades de aprendizagem. • Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes com TFE. • Realizar intervenções pedagógicas junto ao professor que visem o pleno desenvolvimento dos estudantes. • Preparar e promover encontros para reflexão nas turmas demandadas com temas focados nas necessidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Março a dezembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagoga do EEAA • SAA-Sala de Apoio à Aprendizagem • Coordenadores pedagógicos 	<ul style="list-style-type: none"> • (Diretrizes de Avaliação Educacional 2014-2016). • Devolutivas, às partes envolvidas (adolescente e família, Unidades de Ensino, SAA de atendimento, Professores...). 	<ul style="list-style-type: none"> •
---	--	--	--	---	--	---

		<p>indicadas pelo corpo discente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento individual/coletivo aos professores, pais e estudantes. • Apontamento das demandas ou necessidades indicadas pelo corpo discente da UE de forma oral e/ou escrita; • Acompanhar os estudantes com dificuldades de aprendizagem acentuada, propondo intervenções aos professores. • Encaminhar os estudantes com dificuldades de aprendizagem para receber atendimento na SAA em turno contrário; • Realizar avaliação pedagógica dos estudantes encaminhados para a EEAA; • Encaminhar 				
--	--	---	--	--	--	--

		<p>estudantes após a avaliação pedagógica para atendimento com especialistas quando se fizer necessário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e trabalhar, junto à família, as causas que interferem no avanço do processo de ensino e de aprendizagem do aluno. • Orientações aos pais através de palestras, textos informativos e outros. • Sensibilizar sobre a participação da família no acompanhamento acadêmico do aluno promovendo reflexão 				
--	--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente do processo de integração família-escola-comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais no processo educativo. • Atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos. 	<p>sobre o processo de ensino e aprendizagem com reuniões, vivências.</p>				
--	--	---	--	--	--	--

Contextualização – Breve Diagnóstico da Realidade Escolar

O Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont consta com uma matrícula no ano de 2022 de 1137 alunos (dados de junho de 2022), com funcionamento do Ensino Fundamental anos iniciais no turno vespertino e anos finais no turno matutino. O CEFSD adota como base norteadora para o desenvolvimento integral do ser humano práticas pedagógicas que se articulam com o ambiente social de todos os atores envolvidos na educação e daqueles beneficiados por ela tendo como finalidade a aprendizagem significativa e a formação do cidadão.

O CEFSD é destinado a alunos dos 09 (nove) anos do Ensino Fundamental, organizado em séries anuais. Possui 20 (vinte) salas de aula com 40 m²; com capacidade de 33 alunos por turma; sala de leitura, laboratório de informática, sala de multiuso, um refeitório e as demais dependências necessárias para o atendimento aos alunos, professores e funcionários.

A comunidade atualmente é bem heterogênea do ponto de vista social, sendo parte desta clientela do próprio Residencial, das áreas sul e norte de Santa Maria e outra parte da região do Entorno Sul de Brasília.

No CEF Santos Dumont o ensino fundamental é oferecido em regime anual de nove anos com duzentos dias letivos e mil horas com o objetivo de desenvolver habilidades-competências nas três áreas de conhecimento a partir do que é significativo para o estudante, valorizando a aprendizagem e os conhecimentos prévios adquiridos. E enfoca que o educando é o principal elemento de toda a carreira educacional.

A unidade de ensino conta com os serviços de apoio: OE (Orientação Educacional), AEE (Atendimento Educacional Especializado com sala de recursos generalista – séries iniciais e finais), EEAA (Equipe Especializada de apoio à Aprendizagem para as séries iniciais e finais) e SAA (Sala de Apoio à Aprendizagem), atendendo os estudantes do 1º ao 9º do Ensino Fundamental. O total de professores ativos é 41, quatro coordenadores, duas Orientadoras Educacionais e demais equipe de apoio.

Estratégias de Avaliação:

- Auto – avaliação da OE por meio dos registros do Diário da OE e da Agenda mensal. Ao observar os registros das ações realizadas, os orientadores irão auto avaliar o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo do bimestre.

- Avaliação externa, solicitando aos alunos e professores o preenchimento de fichas, durante reunião, para avaliar o serviço ofertado e sugerir ações a serem implantadas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Orientação Educacional



PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL – 2023

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTOS DUMONT SANTA MARIA – DF

Pedagogo-Orientador Educacional: Washington Soares Quirino

Matrícula: 243.733-3

Turno: Matutino/Vespertino

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o Pedagogo-Orientador Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30).

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS

- ✓ Conseguir que os estudantes se posicionem em relação aos direitos e às responsabilidades, indo além de seus interesses individuais e considerando o bem comum.
- ✓ Conduzi-los a saber refletir e buscar formas de aprimoramento para lidar com as situações concretas, em que gatilhos emocionais, frustrações e ações das pessoas impactam nas demais e no contexto, identificando valores importantes para si e para o coletivo.
- ✓ Incentivar e esclarecer acerca da Valorização da Diversidade: conseguir reconhecer, valorizar e participar de grupos, redes e ambientes culturalmente diversos, saber interagir e aprender com outras culturas e combater o preconceito.
- ✓ Identificar causas de conflitos e exercitar maneiras eficazes de resolvê-las em diversas situações interpessoais, escolares e sociais.
- ✓ Determinação: utilizar estratégias para planejar e estabelecer metas pessoais e de aprendizagem, tendo em vista projetos presentes e futuros; aprender a persistir, manter o foco e cumprir compromissos pessoais e escolares com qualidade.
- ✓ Esforço: compreender o valor do esforço para o alcance de seus objetivos acadêmicos e projetos; investir na aprendizagem e no desenvolvimento para melhoria constante; buscar apoios para seu crescimento pessoal, escolar e social.
- ✓ Autoeficácia: confiar na capacidade de utilizar fortalezas e fragilidades pessoais para superar desafios e alcançar objetivos.
- ✓ Perseverança: lidar com estresse, frustração e adversidade, persistindo mesmo em situações de ambiguidade e dificuldade; abraçar novos desafios, confiando na capacidade de superar limites.
- ✓ Autoavaliação: refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento, suas metas e objetivos, considerando a devolutiva de colegas e professores. Compreensão sobre o mundo do trabalho; ter visão ampla e crítica sobre dilemas, relações, desafios, tendências e oportunidades no mundo do trabalho; identificar as diversas profissões e suas práticas; reconhecer o valor do trabalho como fonte de realização pessoal e de transformação social; preparação para o trabalho reconhecendo as próprias aptidões e aspirações, associando-as a possíveis percursos acadêmicos e projetos profissionais.

✓ Desenvolver opiniões e argumentos com base em dados e evidências e por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis ao ouvinte. - Fazer deduções e conclusões pertinentes, explicar seu significado, e, quando possível, identificar limitações na argumentação de seus interlocutores com base em lacunas nas evidências.
✓ Desenvolver conhecimento sobre causas e consequências de questões globais relevantes, como mudança climática, migração, pobreza e desigualdades.
✓ Aprendizagem ao longo da vida: demonstrar motivação e conquistar autonomia para aprender;
✓ Colaborar com a aprendizagem dos colegas; reconhecer a importância do conhecimento adquirido e utilizá-lo para tomar decisões no cotidiano;
✓ Relacionar a Declaração dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.
✓ Autoestima: conhecer suas potencialidades e fragilidades de maneira consciente e respeitosa, enfrentando pressões sociais e investindo no seu aprimoramento;
✓ Autoconfiança: usar seus conhecimentos, habilidades e atitudes com confiança e coragem, selecionando, utilizando e analisando estratégias para vencer desafios.
✓ Equilíbrio emocional: reconhecer emoções e sentimentos, bem como a influência que pessoas e situações exercem sobre sua vida; aprender a manter-se seguro, tranquilo e otimista em situações emocionalmente intensas, descrevendo e avaliando sua forma de pensar, integrando a prática reflexiva ao seu cotidiano.
✓ Cuidados com saúde e desenvolvimento físico: cuidar da sua saúde física, bem-estar, afetividade, sexualidade e evitar exposição a riscos;
✓ Organizar e sistematizar o trabalho a ser realizado no Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont pela Orientação Educacional.
✓ Promover atividades ou palestras que contribuam com a formação continuada dos professores;
✓ Integrar as ações da Orientação Educacional às dos professores como: colaboração no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do educando;
✓ Promover a participação dos estudantes ativamente no Programa Saúde na Escola.

✓ Promover, por meio de ações intersetoriais dos órgãos competentes, a articulação dos programas da área da educação, do âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

✓ Promover a articulação pedagógica em rede, envolvendo o atendimento do ensino regular, na modalidade da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

EMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Acolhimento	X	X	X	Apresentação da Orientação Educacional à equipe escolar.	Ação institucional, junto aos professores.	Fevereiro
				Acolhimento à comunidade escolar.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores.	Fevereiro a dezembro
				Apresentação da Orientação Educacional aos estudantes e famílias.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores.	Fevereiro e março
				Acompanhamento de estudantes com dificuldades de adaptação.	Ação junto aos estudantes.	Fevereiro e março
				Assessoria a professores.	Ação junto aos professores.	Fevereiro a dezembro
				Produção de devolutivas dos atendimentos realizados com	Ação junto à direção, professores	Fevereiro a dezembro

				professores, famílias e direção.	e às famílias	
				Atendimento individualizado às famílias.	Ação junto às famílias	Fevereiro a dezembro
				Busca ativa dos alunos que estão fora da escola.	Ação junto aos estudantes, às famílias e em rede.	Fevereiro a dezembro
TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Implantação da Orientação Educacional	X	X	X	Reunião com direção, coordenação, supervisão escolar e professores, para apresentação da Orientação Escolar, suas atribuições e formas de atendimento.	Ação institucional e junto aos professores.	Fevereiro
				Elaboração e atualização das fichas e formulários <i>on line</i> para atendimento à comunidade escolar.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores.	Fevereiro
				Organização dos arquivos dos estudantes atendidos pela Orientação Educacional.	Ação institucional.	Fevereiro e março
				Elaboração do Plano Anual da Orientação Educacional.	Ação institucional.	Fevereiro e março
				Planejamento de ações articuladas com os Serviços de Apoio Especializado.	Ação institucional e em rede.	Fevereiro e março
				Planejamento de ações articuladas	Ação institucional	Março

				junto à Unidade Básica de Saúde n.º 7.	e em rede.	
Ensino/ Aprendizagem	X	X	X	Produção e apresentação de materiais sobre Rotina Escolar.	Ação junto aos estudantes e às famílias.	Fevereiro a dezembro
				Produção e apresentação de materiais sobre Dicas de Estudos.	Ação junto aos estudantes e às famílias.	Fevereiro a dezembro
TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Sexualidades	X	X		Palestras com profissionais da saúde.	Ação junto aos estudantes e às famílias	Fevereiro a dezembro
				Apresentação de vídeo sobre a campanha de prevenção ao abuso sexual de crianças/adolescentes.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Maio
Cultura de paz: mediação de conflitos. Bullying e Cyberbullying	X	X	X	Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceitos de qualquer natureza.	Ação junto aos estudantes, famílias, professores e em rede	Fevereiro a dezembro
				Palestras sobre “Prevenção ao Bullying e à violência Escolar”.	Ação junto aos estudantes, famílias, professores e em rede	Abril e maio
Cultura de paz:	X	X	X	Produção de materiais sobre Regras	Ação junto aos	Fevereiro a

Enfrentamento à violência contra a mulher				de Boa Convivência, Valores, Combate à Violência Contra a Mulher e Promoção da Cultura de Paz.	estudantes, famílias e professores	dezembro
				Semana Maria da Penha nas Escolas (Lei Distrital nº 6.325/2019)	Ação junto aos estudantes, famílias, professores e em rede.	Novembro e dezembro
TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Integração família-escola	X	X	X	Busca das famílias e conscientização sobre a responsabilidade legal do Estado e da família na formação da criança e adolescente.	Ação junto às famílias e em rede.	Fevereiro a dezembro
				Acompanhamento escolar dos estudantes com dificuldades de acesso, deficiência ou transtorno funcional.	Ação junto aos estudantes e às famílias.	Fevereiro a dezembro
				Acompanhamento e apoio a professores, estudantes e família.	Ação junto aos estudantes, professores e famílias.	Fevereiro a dezembro
				Semana de Educação para a Vida (Lei Federal n.º 11.998/2009).	Ação junto aos estudantes, professores e famílias.	Maio
Prevenção e enfrentamento ao uso de indevido de drogas	X			Palestra com profissionais do Proerd e outros especialistas.	Ação junto aos estudantes, famílias, professor e em rede	Setembro

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
				Produção e apresentação de materiais sobre a Prevenção ao uso de drogas.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Setembro
Mediação de conflitos	X	X		Produção e apresentação de materiais sobre a Valorização da vida.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Fevereiro a dezembro
				Palestra com especialista em saúde mental	Ação junto aos estudantes, famílias, professores e em rede	Setembro
Inclusão e diversidades	X	X	X	Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital n.º 5.714/2016).	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Março
				Produção e apresentação de materiais sobre a inclusão e diversidade.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Março a dezembro
				Palestra sobre o Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 10.639/2003.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Novembro
Projeto de Vida	X	X	X	Produção e apresentação de materiais sobre o mundo do trabalho, com foco no projeto de vida.	Ação junto aos estudantes,	Novembro e dezembro

					famílias e professores	
				Palestra com especialista em teste vocacional.	Ação junto aos estudantes, professores e em rede	Novembro
	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR					
TEMÁTICA	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade	ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Saúde	X	X	X	Produção e apresentação de materiais sobre cuidados com a saúde física e mental.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores	Fevereiro a dezembro
				Articulação com Instituições Públicas e Redes de Apoio, para atendimento social e emocional.	Ação institucional, junto aos estudantes, família e em rede.	Fevereiro a dezembro
Projeto Transição	X	X	X	Elaboração e Execução do Projeto Transição, em articulação com os Serviços de Apoio Especializados.	Ação junto aos estudantes, famílias e professores.	Novembro
				Visitas às escolas sequenciais.	Ação junto aos estudantes, família e professores.	Dezembro
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS						
Visando maior qualidade nas aprendizagens e nas relações inter e intrapessoais valendo-se não apenas do recurso humano, mas também de						

tecnologias, utilizando materiais diversificados tais como: vídeos, filmes, palestras temáticas e material impresso, voltados para cultura de Paz e o Protagonismo Juvenil, espera-se coletar informações à cerca da rotina escolar e pessoal dos estudantes desta Unidade de Ensino.

Para que a Orientação Educacional afira os resultados, faremos uso da coleta de dados estatísticos psicoemocional e pedagógicos em relação as necessidades dos estudantes através da escuta sensível, em momentos de reuniões pedagógicas e com a comunidade escolar, e mediante o uso de fichas/formulários quando se fizerem necessários, para que possamos intervir de maneira satisfatória junto aos estudantes afim de alcançar as metas estabelecidas anteriormente e planejar ações para o futuro.

Cabe ressaltar que todas as atividades a serem realizadas com os estudantes estarão de encontro aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela unidade escolar e em parceria com as redes de apoio.

Washington Soares Quirino
Pedagogo-Orientador Educacional
243.733-3

Alberto Vieira do Nascimento
Diretor Escolar
038.441-0

Sala de Recursos

O atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (CNE/CEB, 2001) como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) pontua que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

Ressalta, ainda, que esse serviço deve ser organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes matriculados na classe comum, sendo obrigatória sua oferta pelos sistemas de ensino. Por ter caráter suplementar e complementar deve ser realizado, preferencialmente, no turno inverso ao da classe comum, na própria instituição educacional, instituição educacional polo ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

A organização funcional das salas de recursos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal obedece a dois modelos básicos: salas de recursos generalistas e salas de recursos específicas. Nas salas generalistas, são atendidos, individualmente ou em grupos, estudantes com deficiência intelectual/mental, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento. Os tipos de salas de recursos específicas são três: sala de recursos para deficientes auditivos, sala de recursos para deficientes visuais e para estudantes com altas habilidades/superdotação.

No CEF Santos Dumont funciona a sala de recursos do tipo generalista e possui como público atendido os estudantes com Deficiência mental, Deficiência física e TGD.

PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) – SALA DE RECURSOS					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Estimular o ENEE a interagir com o ambiente escolar remoto e/ou presencial de forma a se sentir pertencente.</p> <p>Auxiliar no processo de desenvolvimento de hábitos de estudo e responsabilidade.</p> <p>Minimizar a possível violência causada pelo sentimento de desigualdade e rejeição.</p> <p>Estimular uma convivência saudável.</p>	<p>Realizar Reunião Coletiva com os professores para apresentação dos profissionais que atuam nos serviços de apoio da escola, bem como informar sobre as especificidades de cada serviço.</p> <p>Com colaboração da Equipe de Apoio, sensibilizar através de conversas, vídeos e palestras os alunos das classes regulares em relação às diferenças e</p>	<p>Equipe de Apoio OECEE 01 CRE Professores regentes, Coordenadores, Educadores sociais, Secretaria escolar, Demais servidores da escola, Familiares dos ENEEs.</p> <p>Equipe de Apoio, sensibilizar através de conversas, vídeos e palestras os alunos das classes regulares em relação às diferenças e</p>	<p>ENEEs</p>	<p>1º mês:</p> <p>1ª e 2ª semanas: Acolhimento das famílias, entrevista inicial e colhimento de assinatura nos Termos de Atendimento do AEE.</p> <p>3ª e 4ª semanas: Acolhimento de cada ENEE e identificação de suas necessidades e alcances.</p> <p>Coordenação Coletiva com os professores regentes.</p>	<p>A avaliação dos alunos com deficiência intelectual, física e com Transtorno do Espectro Autista deve ser elaborada através de parecer dos professores das classes comuns considerando os aspectos do desenvolvimento da aprendizagem desses alunos.</p> <p>A avaliação também será realizada de modo processual a partir do envolvimento dos</p>

<p>Elevar a autoestima do ENEE.</p>	<p>a necessidades de cada um.</p>			<p>2º mês em diante: atendimento ao ENEE e preparação das aulas/ou materiais.</p>	<p>ENEEs durante todo o ano letivo.</p>
<p>Estimular a autonomia para a construção do conhecimento.</p>	<p>a Articular ações junto àEEAA e à Sala de Recursos na promoção de uma educação inclusiva afim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem;</p>				
<p>Realizar estudo de caso de cada ENEE matriculado na IE.</p>	<p>Participação no Festival de Atividades Físicas e Recreativas – FAFEESP realizado no CEE 01 (online ou presencialmente).</p>				
	<p>Realização de atividades artísticas e manuais.</p>				
	<p>Passeios culturais e recreativos.</p>				

	Participar do Conselho de Classe na IE,				
	<p>Participação nas reuniões com a direção da escola sempre que solicitado.</p> <p>Participação nas reuniões com as Coordenadoras do Ensino Especial da CRE.</p> <p>Realizar os estudos de Caso de todos os estudantes atendidos em Sala de Recursos Generalista, bem como dos estudantes que tem laudo de Transtorno Funcional Específico (TFE).</p> <p>Auxiliar a Secretária no</p>				

	preenchimento da Ficha de Captação Enturmar os estudantes para o ano letivo de 2023.				
--	--	--	--	--	--

Atuação dos Profissionais de apoio escolar

Atuação de Monitor de Gestão Educacional e ESV – Educador Social Voluntário

O Monitor em Gestão Educacional, denominação atual baseada na Lei nº 7142/22 do cargo anteriormente fundamentado na Lei nº 5106/13 como Monitor de Gestão Educacional, tem suas atribuições previstas como suporte operacional às atividades de cuidado, higiene e estímulo de crianças no âmbito de competência da Secretaria de Estado de Educação, com carga horária de 30 horas semanais. O CEFSD dispõe atualmente de dois servidores atuantes nessa função, ambos em atendimento a alunos com necessidades especiais de Anos Finais do Ensino Fundamental.

Em complementação ao atendimento aos ANE, a unidade conta com o apoio de ESV – Educador Social Voluntário, com atividades inerentes ao cuidado com alimentação, locomoção e higienização de alunos com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e Transtorno do Espectro Autista – TEA, atribuições estabelecidas pela Portaria nº 58 de 20/01/23 em seu Capítulo 1, Art 4º, inciso II.

A atuação desses profissionais mostram-se primordiais ao atendimento em suas necessidades e desenvolvimento dos alunos PcD. Por considerar a inclusão como fator de crescimento para todo o corno docente e discente, a função de Monitor e de ESV mostram-se importantes e fundamentais aliados nesse processo.

Coordenação Pedagógica e o papel do coordenador pedagógico na Unidade Escolar

No CEF Santos Dumont o Ensino Fundamental é oferecido em regime anual de nove anos com duzentos dias letivos e mil horas aula, com o objetivo de prover formação geral básica, capacidade de ler, escrever, formação científica e tecnológica, ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas nas três áreas de conhecimento a partir do que é significativo para o estudante, valorizando a aprendizagem e os conhecimentos prévios adquiridos.

Contemplam os dois segmentos do Ensino Fundamental. Os anos iniciais no turno vespertino e os anos finais no turno matutino.

A coordenação pedagógica tem papel fundamental no interior da escola. Ela é

responsável por organizar todo o trabalho pedagógico, mediar as relações entre escola, família e comunidade. Tem como objetivo principal construir coletivamente respostas para os problemas pedagógicos enfrentados pelo grupo.

O (a) coordenador (a) pedagógico (a) deve ter pleno conhecimento dos professores e alunos com quem trabalham e da realidade sociocultural em que a escola se encontra, e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola; sendo um agente de transformação e colaboração no desenvolvimento da aprendizagem.

Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

A SEDF, por meio da EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, oferta semestralmente a oportunidade de realização de diversos cursos, oficinas presenciais ou de forma remota com vistas à valorização da formação continuada do educador.

A equipe do CEFSD demonstra compromisso na divulgação dos cronogramas ofertados e ao incentivo à participação de seus educadores por compreender a educação como um processo dinâmico e em constante atualização.

Permanência e êxito escolar dos estudantes

A assiduidade é, para essa Unidade de Ensino, fator de extrema relevância para o desenvolvimento do estudante. Assim, há uma necessidade de acompanhamento das ausências dos alunos por intermédio da coordenação pedagógica que, com o apoio da supervisão, secretaria, orientação educacional, direção, buscam as famílias com o propósito de minimizar as faltas injustificadas, garantindo o direito da criança de acesso à educação.

Casos extremos são notificados ao Conselho Tutelar, que procede com os encaminhamentos devidos.

De modo geral, o perfil do aluno no CEFSD é assíduo e participativo.

Recomposição das Aprendizagens

PACTO pela Alfabetização em Santa Maria

No segundo semestre de 2020 foi apresentado às Equipes Gestoras o trabalho realizado pelo Instituto Raiar que teve a iniciativa de estudar as ações que redundavam em resultados positivos e crescentes relacionados a avaliações externas e índices como o IDEB.

Foi encaminhado às Equipes Gestoras a possibilidade de celebração de Termo de Cooperação entre as Escolas de Santa Maria que atendem Educação Infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental para ações que potencializem o processo de alfabetização.

A equipe gestora fez consulta ao conselho escolar, professores e servidores da escola e referendou o Termo de Cooperação entre o CEFSD, CRE e Instituto Raiar do que veio a ser designado Pacto pela Alfabetização de Santa Maria.

O Projeto **Pacto pela Alfabetização** é um trabalho colaborativo entre o Poder Público, a sociedade civil, as famílias, os professores, as Unidades Escolares e a SEDF, a fim de garantir a qualidade da alfabetização em Santa Maria/DF, uma vez que a alfabetização é uma etapa chave para o sucesso escolar das crianças e para o cumprimento da função social do sistema escolar.

Para o desenvolvimento do Pacto na Regional de Ensino de Santa Maria, algumas pontuações são pertinentes, quais sejam:

1. No Brasil, mais da metade dos estudantes não possui habilidade de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, e tal contexto impacta fortemente nos indicadores de repetência e evasão escolar;

2. O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Coordenação Regional de Santa Maria, em parceria com o Instituto Raiar, e tem como objetivo melhorar os indicadores de alfabetização, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar;

3. A Política Nacional da Alfabetização, instituída pelo Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como premissa a alfabetização das crianças até o final do 1º ano. Além disso, considera a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para alfabetização;

4. A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema

de Ensino Estruturado. No país, é a estratégia que tem as maiores evidências de resultados na melhoria da qualidade da aprendizagem em Redes de Educação. É a mesma que está sendo utilizada em Sobral/CE e em Teresina/PI, principais referências em qualidade da educação pública no país. Ambas as cidades têm mais de 80% dos alunos alfabetizados ao final do 1º ano;

5. O programa pedagógico do Pacto pela Alfabetização está inteiramente alinhado com a Política Nacional de Alfabetização. Qualquer sugestão de melhoria poderá ser reportada aos autores. Entretanto, os debates político-pedagógicos devem estar pautados por evidências científicas e indicadores de resultados;

6. A gestão da Regional de Ensino de Santa Maria e das Unidades Escolares estão focadas em melhorar os indicadores de alfabetização que atualmente, infelizmente, tem ajudado a condenar a maioria das crianças ao fracasso escolar;

7. Reconhecer o cenário desafiador dos baixos indicadores de aprendizagem e implantar estratégias para reverter este quadro deve ser a principal pauta de diálogo do Poder Público e da comunidade. O interesse da criança deve estar acima de qualquer viés ideológico ou partidário;

8. Os 3 primeiros anos do Pacto são totalmente financiados pelo Instituto Raiar, com recursos de doadores. Não há desembolso de recursos por parte da Secretaria de Educação e nem repasse de recursos do Instituto Raiar para a gestão da Unidade Escolar. A participação da sociedade civil na construção e implantação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal e foi reforçada na Política Nacional de Alfabetização;

9. O Pacto pela Alfabetização representa uma possibilidade real de promover a mobilidade social das crianças em vulnerabilidade social e, por isso, merece o envolvimento de toda a comunidade escolar.

- O Contexto da Alfabetização no Brasil e no Distrito Federal

A alfabetização é uma condição fundamental para o progresso das crianças em sua trajetória escolar. Como país, ainda temos muito o que avançar na garantia do direito de aprendizagem, sobretudo na educação pública. A última Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada em 2016, indica que 54,6% dos estudantes não possuem as habilidades esperadas de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, contexto que impacta fortemente os indicadores de repetência e evasão escolar. Este cenário

preocupante também pode ser observado no Distrito Federal, com 45% das crianças sem as habilidades esperadas de leitura e de matemática ao final do 3º ano.

O contexto acima explicita que há uma lacuna de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem a ser suplementada. As evidências demonstram que, com uma metodologia de aprendizagem adequada, baseada principalmente na estruturação do ensino e na gestão baseada em indicadores, é possível melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos do 1º ano, em processo de alfabetização, e impactar em toda a sua trajetória escolar.

O investimento na qualificação da educação é um requisito essencial para a melhoria dos indicadores sociais, rompendo o círculo vicioso da desigualdade socioeconômica e da pobreza e, dessa forma, tornar possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cenário apresentado acima justifica a necessidade e a urgência da implantação de uma estratégia para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais.

O que diz a Política Nacional da Alfabetização (PNA)

Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização. Dentre as principais diretrizes da política estão:

- a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. (Artigo 1º);
- a PNA deve ter fundamentação nas ciências cognitivas. (Artigo 3º), com ênfase no

ensino de cinco componentes essenciais para a alfabetização:

- I. Consciência fonêmica, instrução fônica sistemática
 - II. Fluência em leitura oral
 - III. Desenvolvimento de vocabulário
 - IV. Compreensão de textos
 - V. Produção de escrita
- deve-se adotar referenciais de políticas públicas exitosas, tanto nacionais quanto estrangeiras. (Artigo 3º);
 - priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. (Artigo 5º);
 - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; (Artigo 5º)
 - a política de alfabetização deverá passar por avaliação e por monitoramento

constante (Artigo 9º), incluindo as seguintes ações:

- avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
- desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
- desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita.

- Desenvolvimento do Pacto pela Alfabetização

O Pacto pela Alfabetização é fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raiair, publicizado no **DODF nº 98 de 26 de maio de 2021, com o Acordo de Cooperação nº 05/2021 no processo SEI nº 00080-00018746/2021-14**, e tem como principal objetivo implementar as diretrizes do PNA, melhorando os indicadores de alfabetização no município, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar.

Escopo da parceria:

O Acordo de cooperação tem duração de 3 anos e as atividades previstas serão executadas por cada uma das partes integrantes do acordo conforme abaixo:

Instituto Raiair	Secretaria de Educação
<ul style="list-style-type: none">- Monitoramento da implantação da solução técnica e gerencial;- Financiamento do Programa de Alfabetização;- Apoio a modelagem de gestão;- Apoio aos processos de comunicação para engajamento comunitário.	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração e execução do plano de trabalho;- Implantação das ações; Gerenciamento de resultados.

A solução pedagógica para o Programa de Alfabetização será fornecida pelo Instituto Alfa e Beto. Os critérios de escolha, bem como o detalhamento da solução serão explicitados neste documento.

- Instituto Raiair e a participação da sociedade civil na implantação de políticas públicas:

O Instituto Raiar é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em parceria com o Poder Público, promovendo o desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, principalmente por meio da qualificação das políticas públicas na área da educação.

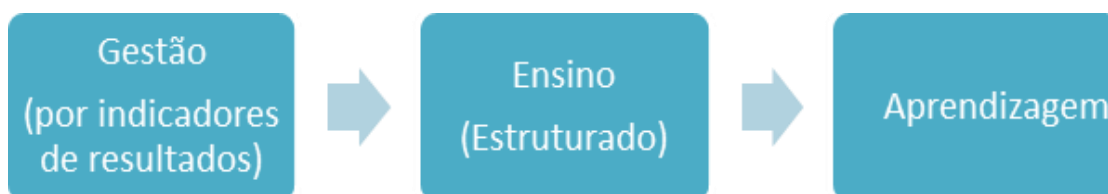
A participação e colaboração de toda a sociedade na construção de tais políticas é um direito e um dever previsto no artigo 205 da Constituição Federal: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

Tal ação colaborativa também é legitimada na página 44 do PNA: *“A presença das organizações da sociedade civil é sinal significativo da amplitude do esforço para levar a efeito esta política nacional, cujo bom êxito depende da harmoniosa articulação entre os seus diversos agentes.”*

Neste sentido, o Instituto Raiar, por meio deste Acordo de Cooperação, exerce seu direito e função social de defender e trabalhar para a preservação do direito de aprendizagem das crianças.

- Objetivos

O objetivo do programa é contribuir para que haja uma transformação nas práticas pedagógicas e gerenciais, de forma a projetar o município numa trajetória que lhe permita um salto de qualidade na alfabetização e no avanço escolar das crianças. Neste sentido, a estratégia para a qualificação da aprendizagem segue o ciclo apresentado no diagrama abaixo, onde se começa pela estruturação dos processos de gestão, passando pela estruturação das metodologias de ensino que impactarão na aprendizagem.



Os objetivos específicos do Pacto estão estabelecidos conforme os seguintes eixos:

Gestão	Qualificar a gestão da rede municipal de educação para uma atuação pautada pela estruturação do ensino e análise crítica de indicadores de resultados e melhores práticas para garantia da aprendizagem.
Ensino	Implantar a metodologia de ensino estruturado para as turmas de Pré II, 1º e 2º ano.
	Formar diretores e demais lideranças pedagógicas para gerir a escola com foco na excelência do ensino.
	Capacitar e sensibilizar professores para a utilização de metodologia adequada de planejamento, prática de sala de aula, avaliação e recuperação de alunos.
Aprendizagem	Desenvolver os pré-requisitos necessários para alfabetização no último ano da educação infantil.
	Promover a alfabetização e o domínio das habilidades esperadas de escrita e matemática até o final do primeiro ano.
	Potencializar o desenvolvimento da compreensão e fluência em leitura e domínio das habilidades de escrita e matemática, a cada ano.
	Diminuir a infrequência escolar

- O Modelo de atuação do Pacto pela Alfabetização

O acordo de cooperação prevê que a aprendizagem passe a ser o centro da política de gestão da educação. Para alcance dos objetivos propostos, serão implementadas 3 macroações:

- Sistema de Ensino Estruturado:

Implantação de Sistema de Ensino Estruturado que alia pedagogia e gestão. Será

composto de programa de ensino, materiais didáticos, propostas pedagógicas, plano de curso, métodos de avaliação e recuperação e materiais de apoio ao professor.

- Modelagem de Gestão:

Consultoria do Instituto Raiar para apoio aos processos de sensibilização da rede de educação, gestão da mudança e estruturação do processo de gestão a partir de indicadores de aprendizagem. Cada etapa do programa segue um ciclo de planejamento, de implantação e avaliação de resultados e de execução de medidas corretivas para alcance de metas.

- Mobilização Social:

Consultoria do Instituto Raiar para planejamento e execução de estratégias de comunicação, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na construção e na garantia de uma educação básica de qualidade.

Uma das principais ações do eixo de mobilização social é a oferta de um programa de aprendizagem socioemocional para professores que tem como objetivo promover a aprendizagem coletiva e dar suporte aos educadores, buscando o desenvolvimento social, emocional e ético de toda a comunidade escolar.

- Sobre a escolha Pedagógica adotada

A escolha da solução técnica a ser implantada:

A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado, é financiada pelo Instituto Raiar e fornecida pelo Instituto Alfa e Beto (IAB). Tal solução foi escolhida a partir dos seguintes critérios:

- Programa de ensino baseado em sólidas evidências científicas nacionais e internacionais.

- Evidências robustas de resultados na melhoria de indicadores de resultados de Redes de Educação. Não há no país outra solução com resultados semelhantes.

- Alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019).

Trata-se de uma estratégia de intervenção que integra as atividades de pedagogia e de gestão nos níveis de sala de aula, escola e secretaria tendo como referência o conceito de ensino estruturado. Os programas de ensino são baseados em evidências científicas sólidas e materiais pedagógicos de alta qualidade.

No ano de 2023 a parceria com o instituto EDUBE trouxe para o PACTO o acesso a novos materiais, com facilidade de acesso e parceria com o professor regente. Permanecem o compromisso e o profissionalismo no levantamento e tratamento de dados ao longo do processo, úteis para avaliação e direcionamento de processo com base dos resultados apresentados pelos alunos.

Considerações finais

Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na Educação Básica, mas em todo o sistema educacional do país. O Pacto pela Alfabetização se constitui como uma estratégia para implementar, na íntegra, o Plano Nacional de Alfabetização como a alfabetização bem consolidada é imprescindível para o sucesso escolar, deve merecer prioridade absoluta, pois constitui o rito de iniciação da criança na escola formal assim toda criança deve ter o direito de dar certo, começar com sucesso.

Como sociedade, não podemos mais aceitar que mais da metade das crianças do país e desta cidade cheguem aos 8 anos de idade sem saber ler. A sociedade deve estar mobilizada e unida para reverter este cenário que tem penalizado a maioria das crianças. As famílias de classes sociais mais baixas são mais fortemente punidas em momentos de crise, de desemprego ou de pandemia, e a tendência é aumentar as desigualdades. Por isso a necessidade de intervenções rigorosas para evitar que as diferenças se perpetuem.

Para termos êxito em nossas intervenções, baseamo-nos na ciência cognitiva da leitura que apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na

educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e para avaliar o conhecimento mais recente sobre os métodos de alfabetização.

O CEFSD participa das formações e aplica o projeto, nas turmas de 1º e 2º anos, desde o segundo semestre de 2021. A forma estruturada, o processo contínuo e a constante avaliação e reavaliação do estudante, possibilitam a percepção de um considerável crescimento em relação ao desenvolvimento dos alunos após o período de distanciamento social.

Nota-se que a frequência assídua, o planejamento, acompanhamento, são fundamentais para o acompanhamento do processo.

Implementação da Cultura de Paz

A escola, por seu caráter de espaço social, traz em si desafios que provêm de trocas de experiências entre os envolvidos. Nesse espaço encontram-se culturas, vivências diversas que, ocasionalmente, podem gerar conflitos.

Percebe-se, no retorno às atividades presenciais, uma dificuldade de comunicação, expressão de emoções, conseqüentes de um grande período de distanciamento social.

A temática da Cultura de Paz é fundamental nesse espaço, pois traz formas eficientes de estabelecer a comunicação, favorecendo a resolução de conflitos, garantia de direitos, respeito, justiça.

A Lei nº 13.431/201 “estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do/da adolescente vítima ou testemunha de violência” e especifica como conduta criminosa a violência física, psicológica, sexual e institucional, como garantia de direitos a crianças e adolescentes (Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz – p. 30).

A violência, nos seus diversos formatos, estrutural, simbólica, interpessoal, familiar, é fator determinante para o adoecimento de toda a comunidade escolar. Por essa razão, o CEFSD, sendo comprometido com uma forma de convivência que rejeita toda e qualquer forma de violência e educa para a paz, trata a temática não apenas em sala de aula, mas com todos os alunos, responsáveis e profissionais da Unidade de Ensino.

11 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Avaliação para as aprendizagens

Anos iniciais do Ensino Fundamental:

A perspectiva adotada para o 2º Ciclo da Educação Básica é de que os estudantes possam aprender com mais qualidade dispondo do tempo necessário e por meio de pedagogias diferenciadas em um processo contínuo. Diferentemente da promoção automática que investe na regularização do fluxo escolar, muitas vezes dissociada da construção de conhecimentos, a organização escolar em ciclos que tem como princípio a progressão continuada das aprendizagens, se efetiva por meio de cinco elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico escolar: a) gestão democrática; b) formação continuada; c) coordenação pedagógica; d) avaliação formativa; e) organização curricular: eixos integradores. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.20)

Durante todo o período letivo, os estudantes são avaliados por meio de observações feitas pelos professores regentes, através de instrumentos de avaliação de leitura, escrita apresentados pelo projeto de alfabetização adotado na CRE – Santa Maria, de instrumentos previstos no Regimento Escolar e nas Diretrizes de Avaliação, para a descrição do desempenho dos estudantes: o Registro de Avaliação – RAv e o Registro do Conselho de Classe. Constam nesses instrumentos e registros informações referentes às aprendizagens já construídas, em construção e aquelas ainda não construídas pelo estudante, bem como as intervenções necessárias à progressão ininterrupta do processo. Todas as demandas referentes à aprendizagem dos alunos são compartilhadas e discutidas entre professores, coordenadores, equipe gestora e equipe de apoio à aprendizagem, bimestralmente ou extraordinariamente, caso se mostre necessário.

Anos finais do Ensino Fundamental

As atividades pedagógicas e avaliativas que melhor se amoldam a um processo formativo são: observação, entrevistas, resolução de problemas, criação de documentários, filmagens, trabalhos em grupos, dramatizações, leituras e discussões coletivas, desafios à criatividade, avaliação por pares, portfólios, criação e gestão de blogs, sites, testes ou provas, entre outras.

As atividades avaliativas dividem-se em atividades multidisciplinares coletivas e atividades por área, estas a critério do professor. Bimestralmente a coordenação pedagógica acompanha os resultados das avaliações, com o apoio da equipe gestora e equipe de apoio à aprendizagem. Como nos anos iniciais, excepcionalmente, pode haver intervenção conforme a necessidade do estudante.

Autoavaliação do Professor

O espaço da coordenação coletiva é, além de um momento importante de informações, formações e troca de conhecimento, um espaço para avaliação do processo de ensino por parte dos profissionais envolvidos. Esse momento permite que sejam traçados caminhos a partir dos resultados apresentados pelos estudantes, incentivando o bom relacionamento entre os profissionais e a valorização do trabalho coletivo.

É relevante que cada profissional envolvido avalie a própria trajetória e assim possa compartilhar e contribuir com o trabalho coletivo, no mesmo instante que se permite crescer e desenvolver com a contribuição do outro, observando:

- Como colocaram em prática as linhas de ação comuns propostas no bimestre;
- Em que avançou que dificuldades teve;
- Que inovações na metodologia ou avaliação conseguiu pôr em prática;
- A que causas atribuíram o sucesso ou a falha nas tentativas que fez;
- Como está fazendo a recuperação paralela.

Análise Diagnóstica das Turmas

Blaya ao reportar-se a avaliação diagnóstica destaca que:

Avaliação Diagnóstica tem dois objetivos básicos: identificar as competências do aluno e adequar o aluno num grupo ou nível de aprendizagem. No entanto, os dados fornecidos pela avaliação diagnóstica não devem ser tomados como um "rótulo" que se cola sempre ao aluno, mas sim como um conjunto de indicações a partir do qual o aluno possa conseguir um processo de aprendizagem. (BLAYA, 2007).

A análise das turmas deve apontar causas, ou ao menos, sugerir hipóteses de

causas dos problemas que o grupo apresenta, para que se possam propor ações concretas ou atitudes que possam produzir as modificações desejadas.

- Quais as disciplinas em que a turma está sentindo maiores dificuldades?
- Quais os motivos prováveis?
- O que a turma poderia fazer para melhorar essas questões?
- Existem problemas de relacionamento com alguns professores? Quais professores?
- Quais problemas?
- O que a turma se compromete em fazer para melhorar essas questões?
- Qual disciplina a turma não tem dificuldades? Qual é a diferença entre os professores desta disciplina e das citadas anteriormente?

Autoavaliação do Aluno

Para que o potencial de cada aluno seja mais bem percebido, a vertente qualitativa da avaliação precisa ser valorizada, de forma a considerar atitudes, aspirações, interesses, motivações, modos de pensar, hábitos de trabalho e capacidade de adaptação pessoal e social do aluno. Neste contexto, a *autoavaliação* ganha importância.

O próprio *juízo do aluno* sobre o resultado de sua aprendizagem o ajuda a identificar o que deve melhorar e a se esforçar para se superar e avançar. Entretanto, o aluno deve ser preparado para se auto avaliar, para ser crítico de si mesmo, em conformidade com os critérios e instrumentos de avaliação aplicados.

A autoavaliação permite esse exercício quando o aluno pode expressar, com seriedade, sua visão a respeito de si próprio, suas ideias sobre o mundo que o cerca e como enxerga suas próprias relações com esse mundo. Sobre isso Sant'Anna (1999), diz:

Propiciar condições para ajudar o aluno a pensar sobre si mesmo eo que tem realizado, é prepará-lo para uma aprendizagem significativa na caminhada da vida. Para que a autoavaliação tenha êxito é preciso que o professor acredite no aluno e ofereça condições favoráveis à aprendizagem, pois só assim este se sentirá seguro, confiante e manifestará autenticidade. (SANT'ANNA, 1999, p.94).

Particularmente, o CEF SANTOS DUMONT tem feito essa experiência, mas esporádico. Porém, com certeza, essa avaliação concede oportunidades aos seus alunos

para manifestarem suas crenças, avaliarem suas possibilidades de produtividade escolar e de crescimento pessoal, a partir da formação que possuem ou que obtiveram ao longo do ano e que é uma possibilidade para auxiliar não só o aluno, mas também o professor em seu trabalho e relacionamento.

Avaliação em Larga Escala

Para avaliar as redes de ensino, o Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) criou na década de 1990 o SAEB, a Prova Brasil e no ano de 2007 a Provinha Brasil, em nível nacional.

A avaliação externa, em larga escala ou de redes, possibilita o acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de gerar e reorientar políticas públicas.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:

- **Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB:** abrange de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.
- **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (também denominada "Prova Brasil"):** trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que

possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

- **A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA:** avaliação censitária envolvendoos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivoprincipal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

A ANEB e a ANRESC/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual, tendo, entretanto a sua última realização no ano de 2019.

O relatório SAEB 2021 indica uma participação considerável dos alunos desta Unidade de Ensino e índices, considerando-se que a aplicação se deu após período remoto e retorno processual (híbrido – presencial), com imunização em baixa proporção para as crianças de anos iniciais.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é o órgão colegiado compreendido como espaço e tempo de avaliação do desempenho do estudante, do professor e da escola. Reflete sobre a função social da escola, tomando a avaliação formativa como articuladora para as aprendizagens dos estudantes. Nesse sentido, Santos (2011, p.22) destaca que é preciso resgatar o Conselho de Classe da ótica apenas burocrática e classificatória a fim de “[...] que seja visto como um momento pedagógico que propiciaa reflexão e a reconstrução do trabalho pedagógico da escola”.

É desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e açõespara serem articuladas pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam.

No Conselho de Classe, os professores, coordenadores, supervisores, demais profissionais da escola e familiares podem avaliar e definem ações que podem consolidar a participação e o diálogo sobre as aprendizagens que ocorrem na escola. Além de

identificar os saberes ainda não conquistados, os Conselhos de Classe são momentos de reconhecimento dos progressos dos estudantes, das práticas que são ou não adequadas para a promoção das aprendizagens.

- Conselho de Classe e o Seu Uso Formativo

Planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é – ao mesmo tempo – espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada da Proposta Pedagógica da Escola. É a instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala, sendo um momento de auto avaliação da escola (LIMA, 2012).

- Objetivos

- Refletir sobre a concepção de avaliação que pauta a prática docente.
- Possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre séries e turmas;
- Propiciar o debate permanente sobre o processo ensino-aprendizagem;
- Analisar as dificuldades de aprendizagem dos alunos propondo o encaminhamento e sugerindo alterações para o avanço da aprendizagem, privilegiando métodos e estratégias.
- Discutir sobre as metas do bimestre;
- Refletir e adequar instrumentos de avaliação;
- Compartilhar informações sobre a turma e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões, para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

- Reflexão

Apreciar, ouvir, entender, confirmar, opinar, conhecer, sugerir, participar, avaliar, reformular, decidir... São oportunidades de que os educadores desfrutam ao participarem do conselho de classe, valorizando desta forma o seu próprio trabalho e atuando mais decisivamente no processo educativo.

Avaliação Institucional da Unidade Escolar

A Avaliação Institucional ou autoavaliação da escola deve ser vista como fonte de aprendizagem o que faz com que a leve a conhecer a sua realidade, o que facilitará a melhoria do seu desempenho e das suas dinâmicas internas. Mais do que uma obrigação legal, a escola se questionando sobre os resultados das suas atividades ou em que consiste o seu sucesso a auto avaliação de escola deverá ser vista como uma necessidade dela mesma, cujo intuito é, não só ensinar, mas, sobretudo, aprender, para que se consiga agir para melhorar, proporcionando o sucesso educativo.

A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência a sua Proposta Pedagógica, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros. Avalia-se o trabalho desenvolvido na sala de aula, na biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, no serviço especializado de apoio às aprendizagens, nos projetos didáticos e ou interventivos, nos reagrupamentos, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola. Avalia-se a atuação dos profissionais e da gestão, os colegas, a participação das famílias na escola, entre outros aspectos.

12 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Gestão Pedagógica

Busca proporcionar o desenvolvimento global da criança e do adolescente em suas potencialidades para a autorrealização e exercício da cidadania, sedimentando aquisições educativas físicas, mentais, intelectuais, sociais e afetivas fundamentais, no início da escolarização.

Objetivos

- Melhorar no processo de ensino aprendizagem, a inclusão e a permanência dos alunos.
- Incentivar uma maior participação do Conselho Escolar, APAM na rotina da escola.
- Fortalecer, ampliar e diversificar o envolvimento representativo, pais e / ou responsáveis da comunidade local na escola.
- Buscar, incentivar e promover ações de qualificação de professores e demais servidores.
- Aperfeiçoar a avaliação institucional orientando as decisões para uma melhor gestão das dimensões pedagógica, administrativa e financeira.
Melhorar a convivência na escola.

Metas

- Aumentar os índices de aprendizagem em todas as disciplinas;
- Aumentar o índice de aprovação, diminuir o índice de evasão e reprovação escolar.
- Integração da comunidade escolar visando à melhoria do trabalho em equipe e alcance de resultados.
- Que a partir do conhecimento das atividades da escola, os pais tenham um maior acompanhamento da vida escolar de seus filhos.
- 90% dos servidores façam cursos de qualificação com no mínimo 180 horas.
- Criar instrumento eficaz para alcançar a maior fidedignidade dos

resultados;

- Facilitar a participação de todos na avaliação;
- Divulgar os resultados alcançados;
- Discutir os resultados com toda a comunidade escolar;
- Maior participação e integração de todos os servidores nos eventos escolares;
- Acabar com os conflitos no intervalo da escola.

Ações

- Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;
- Envolver o Conselho Tutelar como instância para os casos mais graves de ausência às aulas;
- Garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular.
- Utilizar técnicas e metodologias diversificadas para melhorar o nível de aprendizagem e conseqüentemente o índice de aprovação;
- Tornar o ambiente escolar mais agradável;
- Criar mecanismos de controle de frequência;
- Melhorar a comunicação entre a escola e as famílias;
- Verificar as dificuldades dos alunos através de tabulações, após as avaliações.
- identificar, desde o início do ano letivo, as dificuldades de aprendizagem dos alunos e desenvolve ações pedagógicas, tendo por objetivo a recuperação do rendimento escolar;
- Esforço em atualizar seu currículo escolar, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Fomentar e apoiar o Conselho Escolar, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso. Desenvolver atividades que promovam o envolvimento familiar a cada bimestre;
- Expor os trabalhos escolares na escola e na comunidade, compartilhando o aprendizado dos alunos;

- Envolver todas as famílias para entender o que elas têm a oferecer para a escola;
- Realizar reuniões, assembleias, fóruns, seminários para que as famílias conheçam que colegiados que podem participar na escola;
- Promover reuniões, festas e comemorações;
- Criar um boletim informativo para divulgar as realizações da escola.
- Levantamento das necessidades e interesses de todos;
- Divulgando os cursos da EAPE;
- Divulgar prazos de inscrições para participação em eventos científicos;
- Facilitando o acesso dos professores a cursos;
- Ressaltar a importância da constante necessidade da qualificação dos professores e demais servidores;
- Incentivar a participação dos docentes em seminários, cursos, simpósios e eventos similares em sua área de atuação/interesse;
- Observar a importância da educação continuada dos professores para dar conta das exigências em relação às novas propostas para avaliação de aprendizagem
- Avaliação do perfil sociocultural da comunidade escolar;
- Avaliação da dinâmica pedagógico-didática pelos professores e Coordenação de cada etapa de ensino;
- Avaliação, pela comunidade interna e externa, dos serviços prestados;
- Avaliação dos princípios norteadores da proposta educativa da escola;
- Avaliação da dinâmica administrativa e da gestão;
- Avaliação da ocupação dos espaços e dos equipamentos
- Momento de confraternização com os diversos segmentos da escola;
- Realizar projetos criativos, dinâmicos e inovadores para a melhoria da autoestima dos alunos, como a prevenção e combate à violência escolar ambiental;
- Realizar eventos culturais no intervalo.

Responsáveis:

- Direção
- Supervisão pedagógica

- Coordenações pedagógicas
- Orientação Educacional Professores
- Servidores

Cronograma

- Ao longo do ano letivo.

Gestão dos Resultados Educacionais

Objetivos

- Alcançar os objetivos e metas definidos no PPP;
- Utilizar referência de comparação – IDEB, sistema SAEBO ou outro – para analisar seus resultados e o nível do seu desempenho.

Metas

- Buscar resultados positivos.

Ações

- Reunir frequentemente para avaliar de forma coletiva a proposta pedagógica da escola;
- Discutir as problemáticas diagnosticadas durante o processo

Responsáveis

- Comunidade Escolar

Cronograma

- Bimestralmente.

Gestão Participativa

Objetivos

- Integrar a comunidade escolar;
- Realizar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações escolares de forma participativa, envolvendo o Conselho escolar, professores, funcionários, pais e alunos;
- Criar e manter parcerias com entidades, empresas, comércios, visando à melhoria da Gestão Escolar e enriquecimento do currículo escolar e a aprendizagem dos seus alunos;
- Estimular e apoiar a organização dos alunos Grêmio Estudantil.

Metas

- Perfeita consonância entre todos os membros da comunidade escolar.

Ações

Através de debates e seminários.

Responsáveis

Comunidade Escolar

Cronograma

Permanentemente

12.1 Gestão de Pessoas

Objetivos

- Promover a integração entre os professores e demais funcionários da escola;
- Reconhecer o trabalho e esforço de seus professores e funcionários.

Metas

- Satisfação no trabalho.

Ações

- Estabelecer mecanismos que favoreçam a aproximação dos servidores;
- Realizar reuniões e/ou eventos de trabalho e de confraternização;
- Proporcionar melhorias nas condições de trabalho;
- Administrar as informações funcionais, inclusive os direitos e os deveres;
- Realizar a abertura de cadastro e a atualização de dados funcional;
- Manter atualizada a legislação aplicável à área de gestão de pessoas.

Responsáveis

- Equipe Gestora e Orientação Educacional

Cronograma

- Permanentemente

Gestão Financeira

Os recursos financeiros que a instituição recebe são repassados pela Secretaria de Estado de Educação, através do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, Recursos do Governo Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – repassados do FNDE, Emendas Parlamentares, Eventos Promovidos pela Escola e contribuições voluntárias. Estes recursos são administrados pela Associação de Pais, Alunos e Mestres; pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com CNPJ nº 03.149.258/0001-42 e fiscalizados pelo Conselho Escolar.

A gestão financeira visa promover a gestão financeira da escola (PDAF, PDDE, PDE INTERATIVO, RECURSOS COMO APAM, DOAÇÕES, EMENDAS PARLAMENTARES, ARRECADAÇÃO DE ATIVIDADES FESTIVAS) de forma transparente e democrática com a participação do conselho escolar para aplicação dos recursos que forem recebidos, atendendo às demandas pedagógicas e técnicas-administrativas da Instituição.

Objetivos

- Conservação predial das ferramentas (maquinário) e aquisição de materiais pedagógicos.

Metas

- Aplicação de verbas em objetivos pré-definidos pelo conselho escolar.

Ações

- De acordo com as necessidades e conforme planejado.

Responsáveis

- Equipe Gestora.

Cronograma

- Permanentemente

Gestão Administrativa

Visa assegurar o cumprimento das leis pedagógicas e técnico-administrativas, através da guarda, celeridade, proteção aos direitos e deveres e documentação referente à vida escolar dos alunos e da vida funcional dos servidores, inserindo mecanismos de construção de um ambiente estável e seguro para o bem estar de toda comunidade escolar.

Objetivos

- Manutenção de todo o patrimônio do CEFSD

Metas

- Preservação do patrimônio

Ações

- Vigilância permanente.

Responsáveis

- Equipe Gestora.

Cronograma

- Permanentemente.

13 PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

Coordenação Pedagógica

- Encaminhar a outros especialistas os alunos que exigirem atendimento específico;
- Solicitar junto à secretaria da escola a relação de alunos declarados no ato da matrícula, com necessidades especiais e repassar aos docentes cada caso, acompanhando as atividades e rotinas estabelecidas;
- Estabelecer parceria com os grupos responsáveis pelo atendimento dos alunos com necessidades especiais para encaminhar alunos que exigirem atendimento especial;
- Participar ativamente da discussão, elaboração, execução e avaliação da Projeto Político Pedagógico;
- Construir, implementar e avaliar a Proposta Pedagógica da Escola;
- Incluir como temática de Formação Continuada o estudo e discussão da Proposta Pedagógica;
- Acompanhar o planejamento a execução e avaliação das atividades pedagógicas e didáticas;
- Analisar os registros realizados pelos professores nos diários de classe e outros;
- Estimular a utilização de metodologias diversificadas que melhor atendam as diferenças individuais dos estudantes;
- Acompanhar a gestão de sala de aula para diagnosticar o perfil das turmas;
- Pesquisar materiais e recursos que permitam o estudo coletivo sobre metodologias diversificadas;
- Propor estudos sobre estratégias de ensino e sua aplicabilidade prática, considerando a natureza e as modalidades organizativas de conteúdos.

Projeto NaMoral

O Projeto NaMoral, criado pelo MPDFT, busca difundir o conceito de cidadania plena, honestidade e tem como objetivo contribuir para a formação de cidadãos

responsáveis.

No CEFSD, o projeto encontra-se em fase de formação, com aplicação sob a responsabilidade das professoras Adriana e Janaína para as turmas de 7º e 9º anos.

SEBRAE – Agentes de Educação Empreendedora

O Projeto Agentes de Educação Empreendedora – SEBRAE, busca incorporar a temática de inovação para a educação empreendedora nas nas escolas públicas e privadas com o desenvolvimento de processos transformadores, com o propósito de promover e disseminar as competências empreendedoras em toda a comunidade escolar.

Por meio de seus Agentes Locais de Inovação – ALI, o projeto busca:

- Realizar diagnóstico para planejar as ações de desenvolvimento;
- Identificar as maiores necessidades e desafios das escolas;
- Apoiar as lideranças escolares na construção de um plano de ação;
- Construir agenda de atuação junto as lideranças escolares a partir do Plano de Ação desenvolvido de forma colaborativa com esses atores;
- Apresentar soluções inovadoras, do Sebrae ou de outras instituições que atuam no campo da educação, que permitam operacionalizar as ações propostas no plano de ação;
- Acompanhar a execução das ações que foram planejadas no plano de ação;
- Monitorar e avaliar as ações realizadas para o alcance de novos caminhos.

Por meio desse projeto, a escola alcança alguns benefícios como:

- Parceria nas soluções do Sebrae;
- Diagnóstico de Inovação;
- Pioneirismo nas práticas inovadoras em gestão escolar e pedagógicas;
- Aumento de 15% na modernização da escola;
- Desenvolvimento das competências empreendedoras;
- Ser referência na Educação por meio de estudo de Caso ou Artigo Científico com os resultados do Projeto.

No CEFSD, o projeto conta com o apoio do SOE, sob os cuidados do Orientador Educacional Washington Soares Quirino.

14 PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

Educação e Cultura: 21ª Quadrilha Vai ou Racha

A quadrilha Vai ou Racha teve início no ano 2000, idealizado pelo professor Antônio Ibiratan de Araújo, professor efetivo da instituição de ensino, o projeto, desdeo início se fundamentou teoricamente no conceito de que os movimentos conscientes, através do seu mover estético, são agentes de construção de conhecimentos e significados sobre o mundo e capazes de determinar novos modos de acessar, compreender e transformar a si e ressignificar a visão de nosso país e do mundo. Em acréscimo, o projeto ainda hoje visa ‘apreciar e entender as manifestações culturais de vários grupos étnico-raciais que compõem a nação brasileira em seu universo pluricultural’ (Organização Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais, p.20) e ‘compreender as noções históricas, estéticas e socioculturais que envolvem as manifestações de dança, conhecer e caracterizar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança e desenvolver o sentido de cooperação e interação, a partir de jogos corporais de dança em grupo. (Organização Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais, p. 22).

Em conformidade com a BNCC observa-ser a dança da quadrilha está inserida na habilidade EF69AR34 onde se transcreve a importância de “analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (BNCC, 4.1.2.2.)

Nesta proposta o corpo é compreendido como corpo totalidade (Merleau-Ponty, 1999), existindo fenomenologicamente, numa construção de tempo espaço, mediada pelo movimento, além disso, é essencial uma prática educativa que promova o desenvolvimento integral dos alunos, por meio de atividades que possibilitem momentos de prazer, entrega, e integração dos envolvidos.

Em atendimento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Ensino Fundamental - Anos Finais, é preciso assegurar aos alunos a ampliação de suas interações com manifestações artísticas e culturais nacionais e internacionais, de

diferentes épocas e contextos. Essas práticas podem ocupar os mais diversos espaços da escola, espalhando-se para o seu entorno e favorecendo as relações com a comunidade. (BNCC, 4.1.2.2.)

Ancorado no Currículo em Movimento que afirma que “a Arte é um componente curricular capaz de promover diálogos que extrapolam as linguagens oral e escrita”, “além de contribuir para a formação integral do indivíduo por meio da dialética existente entre a subjetividade e o repertório cultural, seja individual ou social” (Currículo em Movimento do Distrito Federal - Anos Iniciais/Anos Finais, 2018, p. 15) e que “os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo” (p.86). Atendendo a meta/estratégia 3.7 que garante e promove a prática da cultura corporal de maneira integrada ao currículo.

A LDB formaliza o ensino da dança com a Lei 13.278/2016 e o GDF garantiu a sua presença no Currículo em Movimento para o Ensino Fundamental (2018). Observando os documentos legais percebe-se que a consciência corporal contribui para o fortalecimento de habilidades corporais necessárias à atuação inovadora e extrapola o fazer técnico, ressignificando o olhar para o autoconhecimento e o autocuidado pessoal, de forma integrada e abrangente. Desta forma o projeto da quadrilha se adequa ao documento Organização Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais (2022).

Objetivos:

- Ampliar os conhecimentos sobre a corporeidade na dança da quadrilha, contribuindo para as aprendizagens escolares.
- Participar de atividades lúdicas corporais: danças, brincadeiras e jogos corporais;
- Compreender e vivenciar movimentos corporais do aluno enquanto forma de conhecimento de si mesmo, do outro e do mundo através da corporeidade;
- Incentivar a cultura digital e interação interpessoal através de pesquisas virtuais;
- Aprender e ensaiar passos coreografados da dança da quadrilha.
- Participar na apresentação da quadrilha na Festa temática da UE e demais apresentações autorizadas.

Principais ações:

- Inscrição e autorização dos estudantes.
- Reunião com os responsáveis para esclarecimentos sobre o projeto.
- Medida das roupas e contratação de costureiro (a)
- Atividades de jogos corporais
- Ritmicidade e Expressão Corporal
- Elementos da linguagem corporal
- Ludicidade
- Definição e compreensão do tema
- Escolha do repertório
- Ensaios coreográficos
- Apresentações

Público Alvo:

- Alunos dos 9º anos, podendo-se abrir exceção para 8º e 7º desde que haja vagas disponíveis.

Professor responsável:

- Alberto Vieira do Nascimento
- Sandra Lúcia Mendes Barboza da Silva

Cronograma:

- Fevereiro a Julho



FOTO: Quadrilha Vai-ou-Racha/2022

Afro-fashion

Objetivos:

- Desenvolver atividades que visem ao debate sobre os preconceitos que ainda são presentes na sociedade brasileira e à busca de algumas de suas raízes históricas.
- Homenagear personalidades engajadas na luta pelos direitos dos negros.
- Trabalhar o ancestral africano
- História e cultura afro-brasileira e africana
- Sensibilizar a comunidade para a diversidade étnico-racial

Principais ações:

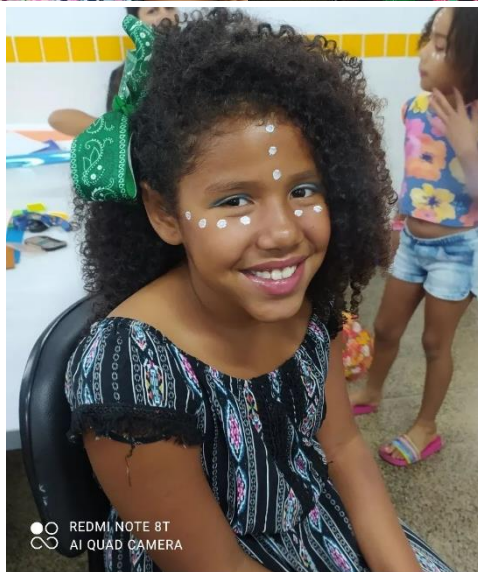
- Pesquisa
- Histórias
- Debates
- Filmes
- Músicas
- Culminância com Afrofashion – evento onde são expostos elementos construídos pelos alunos, da cultura afro como: culinária, brincadeiras, costumes, artesanato, etc.

Professor responsável:

Todo o corpo docente.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.
- Culminância em Novembro – Dia da Consciência Negra.



FOTOS: Afrofashion/2022

Cultura de Paz

Objetivos:

- Incentivar a comunicação não-violenta e a cultura de paz em toda a comunidade escolar.

Principais ações:

- Histórias
- Roda de Conversa
- Palestra
- Confecção de Mural com o tema
- Culminância com A Caminhada pela Paz – evento com toda a comunidade escolar.

Professor responsável:

- Todo o corpo docente.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.



Fotos: Caminhada pela Paz CEFSD – Junho/2022

Quarta da Leitura

Há alguns anos, o CEFSD realiza a **Quarta da Leitura**, projeto de incentivo à formação do hábito da leitura e, por consequência, os benefícios que esta traz para o estudante.

Objetivos:

- Incentivo ao hábito da leitura.
- Desenvolver a fluência, ritmo, compreensão de textos.
- Favorecer o desenvolvimento de senso-crítico.
- Melhorar a capacidade de concentração.

Principais ações:

- Às quartas-feiras, no primeiro horário, destina-se um período de tempo para leitura (individual) de gêneros ofertados pelo professor, ou de interesse do próprio aluno. É um momento onde todas as vinte turmas, juntas, param – professores e alunos, com a mesma finalidade.

Professor responsável:

- Professores de Anos Finais.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.

15 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O acompanhamento do Projeto dar-se-á em todos os momentos de planejamento das ações administrativas e pedagógicas, de forma que no início de cada ano letivo deve se elaborar os Planos de ações, definindo as ações a serem executadas no referido ano letivo.

Cabe à Direção e à Coordenação Pedagógica da Escola a responsabilidade de articular e proporcionar momentos para reflexão e implementação do PPP, seja nos encontros específicos com professores e professoras ou nos momentos que exigem a participação de toda a comunidade escolar.

A avaliação deve acontecer no final da realização de cada ação, envolvendo estudantes, professores, coordenação pedagógica e direção da escola e, no início de cada ano letivo deve acontecer uma avaliação sistemática com a participação de toda a comunidade escolar para avaliar se os objetivos e metas definidos foram alcançados no ano anterior e apresentar propostas para a realimentação e execução do Proposta Pedagógica no ano em curso.

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Rosa Maria. Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática. Maringá, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2290-6.pdf>> acesso em: 14/10/15, às 12h09.

ANTUNES, Celso. O uso inteligente dos livros didáticos e paradidáticos. São Paulo: Paulus, 2012.

BAMBERGER, Richard. Como Incentivar o Hábito de Leitura. Trad. Otávio MendesCajado. 7ª edição, São Paulo, Ática, 2006.

BARBOZA, Aída Linhares. et al. A gestão da escola. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2005.

BARBOZA, Aída Linhares. et al. O empreendedorismo na escola. Porto Alegre/ Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2005.

BARBOZA, Maria C. Silveira; HORN, Maria da G. Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BETINI, Geraldo Antônio. in: A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

BLAYA, Carolina. Processo de Avaliação. Disponível em <http://www.ufrgs.br/tramse/med/textos/2004_07_20_tex.htm>, acesso em: 24 de setembro de 2007.

Brasil. Constituição. (1988).

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

COLOMBO, Sônia Simões. etal. Gestão Educacional uma nova visão. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed, 2004.

CORREIA, Serafim Manuel Teixeira: Auto-avaliação de escola: obrigação ou necessidade? Revista A página da educação - Edição: nº 170 - Ano 16, Agosto/Setembro 2007. Acesso em 02/10/2015 – 11h55.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP:Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. 4ª edição. Campinas: Papirus. 1998.

DISTRITO FEDERAL - Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala. 2014-2016 (SEEDF, 2014)

_____Diretrizes Pedagógicas - Secretaria de Estado de Educação do DistritoFederal - Brasília - 2009.

Pressupostos teóricos do Currículo em movimento da Educação Básica – 2014.

Caderno Orientador – Convivência Escolar e Cultura de Paz – SEDF –2020.

Currículo de Movimento da Educação Básica do Distrito Federal – 2014

Organização Curricular – Ensino Fundamental – 2º Ciclo – Anos Iniciais - 2022

Organização Curricular – Ensino Fundamental – 3º Ciclo – Anos Finais - 2022

Proposta Pedagógica da Educação Básica para as Escolas Públicas do DF – Parecer nº 62/99-CEDF, de 22/12/99.

_____Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública doDistrito Federal SEE/GDF, 2009.

_____ Resolução 1/2014 - CEDF. Normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. DODF Nº43, 26/02/2014.

_____ Projeto de Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Brasília, 2013.

_____ Orientações Pedagógicas. PPP e Coordenação Pedagógica nas Escolas. Brasília, 2014.

_____ Orientações sobre a Organização Curricular da Escola, SEEDF, 2014.

_____ Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas Remotas e Presenciais, 2021

Estatuto da ASSOCIAÇÃO de PAIS, ALUNOS e MESTRES do Centro de Ensino Fundamental Santos Dumont, 2008.

Estatuto da Igualdade Racial. (Substitutivo).

FORTUNATI, José. Gestão da Educação Pública. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HERNANDEZ, Fernando. et al. Aprendendo com as inovações nas escolas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEONTIEV, Aléxis. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1998.

LIMA, Lilian. Escola não é circo, professor não é palhaço: intencionalidade e educação. 3ª edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

Santa Maria. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_\(Distrito_Federal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_(Distrito_Federal))>

Acesso em: Maio 2014.

LEAHY, Cyana. A Leitura e o Leitor Integral: lendo na biblioteca da escola. 1ª edição. BH, Autêntica, 2006.

Lei N° 4.036/2007. Brasília: DODF. N° 207, p. 1-4, de 26 de outubro de 2007.

MARCONDES, Beatriz, MENEZES, Gilda, TOSHIMITSU, Thaís. Como usar outras linguagens na sala de aula. 4ª edição. São Paulo: Contexto. 2003.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2ª ed. Mec. 2008.

OLIVEIRA, Cibele Augusta. Monografia do Curso de Especialização: O hábito de Leitura dos Alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio. UNB, 2009.

Orientações e ações para a Educação das Relações étnico-raciais. MEC, 2006.

PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001, p. 29-44.

PEREIRA, Kraemer Maria Elisabeth. (2005, março 17). Avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer. Recuperado de <<http://www.gestipolis.com/avaliacao-da-aprendizagem-como-processo-construtivo-de-um-novo-fazer/>>. Acesso em 02/10/2015 – 11h44.

Resolução nº 01/2003 – CEDF, 26 de agosto de 2003.

RIBEIRO, Elizabete Aparecida Garciae SOUZA, Nadia Aparecida de: A Autoavaliação no Curso de Pedagogia: do real ao desejável. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/825_479.pdf> Acesso em 02/10/2015-10h58.

RIBEIRO, Elizabete Aparecida Garcia. **Avaliação formativa em foco: concepção e**

características no discurso discente – Londrina, 2011. Disponível em
<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-RIBEIRO_Elizabete_Aparecida_Garcia.pdf> Acesso em 05/10/15, 11h30.

SANT'ANNA, I. M. **Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos.**4^a ed.
Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1999.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente.** 7^a ed. São Paulo: Martins Fontes,2007.